



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0014/2003	DATA: 27/1/2003
INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 19h16min	DURAÇÃO: 4h1min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h2min	PÁGINAS: 159	QUARTOS: 49
REVISÃO: Andréa Macedo, Cláudia Castro, Luciene Fleury, Maria Teresa, Robinson, Rosa Aragão, Waldecíria		
CONCATENAÇÃO: Débora		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Dona de casa.
JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA.
MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Funcionária da Universidade Federal da Bahia.
GERSON SALVIANO CAMPOS – Prefeito de Porto de Moz, PA.
ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Professora.
SIMONE SOBRAL BELMONTE – Empresária.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

- Há falha na gravação.
- Há orador não identificado.
- Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da vigésima quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública para tomar depoimento do Sr. José de Anchieta Santos, Sr. Gerson Salviano Campos, Sra. Karina Michelle de Souza Freitas, Sra. Marluce Vieira Campos, Sra. Simone Sobral e Sra. Ana Célia Coutinho Machado. Solicito que venha à Mesa D. Karina Michelle de Souza Freitas. Será a primeira a prestar esclarecimentos, pois está amamentando. Para atender às formalidades legais, foi firmado pela depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”*. Qual o seu nome completo?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Karina Michelle de Souza Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Estivemos em Pernambuco. A senhora não pôde prestar os esclarecimentos lá, não é?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não, não pude, porque tenho um bebezinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele está bem, ele veio com a senhora?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não. Ele ficou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah! Ficou! Quantos meses tem o bebezinho?



A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Era muito cansativo trazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quantos meses tem o bebê?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Nove meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Karina, a senhora sabe por que foi convocada pela CPI?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não tem idéia?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora tem algum processo? O IBAMA tem algum processo contra a senhora?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não. Tem uma multa que assinei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Multa de quê?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Pegaram umas aves na minha casa, uns pássaros. Fizeram a apreensão e me levaram para a delegacia, só que não eram minhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aves? Seu Zé já está até de paletó novo, não é, seu Zé? Olha que beleza! O senhor é maior que eu. Achei que o senhor era do meu tamanho, mas o senhor é maior que eu, sabia? Que aves que apreenderam em sua casa, D. Karina?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas eram de bico torto?



A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Já vai fazer dois anos. De algumas eu nem me lembro mais. Não conhecia bichos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como eles apareceram em sua casa?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Porque meu esposo mexia com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Era o seu marido que mexia com bichos? Como ele mexia? Comprava? Vendia?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não. Ele criava por esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Onde ele conseguia esses pássaros?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele não veio com a senhora?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por que ele não veio?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Porque ele não foi chamado. A convocada fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por que a senhora assinou a multa?

A SRA. KARINA MICHELLE SOUZA FREITAS – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal Bentes, como vai? V.Exa foi o primeiro sub-relator a entregar o sub-relatório sobre a legislação, que ficou muito bom. Agradeço publicamente a V.Exa. Uma semana antes do prazo já estava sendo entregue em Pernambuco o sub-relatório do



Deputado Asdrubal Bentes, que ficou muito bom em relação à legislação. Alguns reparos serão discutidos com certeza. Tenho absoluta convicção de que seremos vencidos no debate pelo Deputado Asdrubal Bentes, que tanto estudou esse assunto. A senhora não sabe nem o nome dos passarinhos? Nada? Quantos pássaros foram apreendidos? A senhora se lembra? Deixe eu lhe falar por que a senhora está aqui. Buscaram-se em Pernambuco, como em todos os Estados, pessoas que tinham algum processo. A multa gera um processo pela posse irregular de animais da fauna silvestre brasileira. Em Pernambuco, Deputado Asdrubal — V.Exa. infelizmente não pôde comparecer por questões particulares —, ao lado de onde a CPI estava colhendo depoimentos, havia um parque público do Município com macacos, araras, vários exemplares, uma arara comum com dois filhotes, lindos, muito bem tratados, mas sem procedência. Entrei em contato com a veterinária responsável e com a Prefeitura e não sabiam qual a procedência dos animais. Os animais estavam em zoológico público e sem procedência. Ninguém sabia de onde tinham vindo, se tinham sido apreendidos, se foram pegos, não sabiam de nada. Em Pernambuco tivemos o cuidado de buscar, como em todos os lugares, pessoas que de alguma maneira estavam envolvidas com razoável quantidade de exemplares da fauna silvestre brasileira. A senhora não se lembra de quantos animais havia em sua casa?

A SRA. KARINA MICHELE SOUZA FREITAS – Não, não lembro, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem certeza de que não se lembra? D. Karina, pedirei um favor à senhora: aguarde um pouquinho. Se quiser, pode sair. Daqui a vinte minutos volte, por favor. Sua passagem está marcada para que horas, D. Karina? Vinte e cinquenta e três? Está bom. Solicito a tomada de



esclarecimentos do Sr. José de Anchieta dos Santos, Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA. Sr. José de Anchieta dos Santos, iniciamos com uma reclamação. A primeira vez que V.Sa. foi chamado a comparecer nesta Comissão não compareceu, por motivos depois expostos. Por isso V.Sa. foi intimado. Deixou de ser convidado e passou a ser intimado. Esse procedimento é natural na CPI. Todas as pessoas que não vêm são intimadas. Se não houver tempo, seus nomes serão inseridos no relatório, já com os indícios daquilo que cada um cometeu ou indícios daquilo que cada um possa ter cometido porque o nome dessas pessoas apareceu aqui. Levando em consideração todas as explicações e o respeito que temos de ter como funcionários públicos que somos, levando em consideração que os bons trabalhos da CPI se iniciam com o debate franco, mas principalmente com uma exposição honesta e o mais ampla possível dentro da sua diretoria, V.Sa. está aqui, para que nos relate o que viu em dois anos em termos de fauna e recursos pesqueiros. A CPI vem colhendo informações bastante amplas em todo o Brasil. Já estivemos em doze Estados. Seria importante que conhecêssemos o lado daqueles que administram os nossos recursos de fauna, flora e pesqueiros, que geram grandes discussões. Ao conversar com fiscais do IBAMA, percebi que alguns não fazem a mínima idéia da importância desses recursos até porque não foram informados. Estão tentando fiscalizar, mas não entendem de legislação, bastante ampla e complexa, salvo engano, e às vezes até de difícil interpretação da pessoa que sai num barco, aborda outro barco no mar ou num rio e tem que decidir ali, naquele momento, o que fazer. Sr. José de Anchieta, V.Sa. terá vinte minutos para a sua exposição inicial e depois responder às perguntas dos Deputados.



O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Muito obrigado, Deputado Luiz Ribeiro. Realmente, estou há dois anos à frente da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, que foi criada com a reformulação do IBAMA, em meados de 2001. Essa diretoria surgiu da importância que o IBAMA sentiu que tinha que dar à fauna e aos recursos pesqueiros, em função de uma série de problemas de que já vinha tomando conhecimento e pelo fato de que precisava ter estrutura mais ágil e mais efetiva no trato da fauna. Essa diretoria surgiu para ser o ponto posterior à ação fiscalizatória. O que que ela faz? Num *link* com a fiscalização, ela age após a apreensão dos animais, que são depositados nos centros de triagem do IBAMA. Essa diretoria, através de seus especialistas, analisa o estado desses animais e decide se faz soltura, se faz depósito em zoológico ou entrega a criadores cadastrados pelo IBAMA. Além do mais, ela cuida da parte do ordenamento de toda essa atividade. É através dela que são analisados e aprovados os criadouros científicos, conservacionistas, comerciais e os zoológicos. Inicialmente o interessado se dirige ao IBAMA, faz uma solicitação, apresenta um projeto executivo e, a partir daí, é orientado como fazer para ter essa estrutura funcionando legalmente. A nossa diretoria tem duas coordenações-gerais: a Coordenação-Geral de Fauna, especificamente, que cuida da fauna silvestre e da fauna exótica, regulamenta a entrada e saída no País que atualmente está proibidas por lei; e a Coordenação de Recursos Pesqueiros, que cuida do ordenamento da atividade nessa área, uma vez que a atividade de fomento foi para o Ministério da Agricultura e, no novo Governo, foi transferida para a Secretaria Nacional de Aqüicultura e Pesca. Desde que assumimos a Diretoria, nós tivemos a preocupação de observar quais os problemas mais sérios que existiam, até para facilitar e resolvê-los. O primeiro grande problema



foi em relação à legislação que é muito complexa. E o que acontece? Vão surgindo problemas, vão se editando portarias que resolvem um problema e, muitas vezes, criam outro. Nossa primeira missão criar um grupo de trabalho em cada uma das coordenações para analisar e tentar ordenar toda a legislação. Nós queríamos editar um código de fauna e um código de recursos pesqueiros, para que se tivesse uma legislação única, bem direcionada, bem organizada. O cidadão que quisesse prestar um serviço nessa atividade, ao analisar, veria onde se ele poderia enquadrar. Por exemplo, o cidadão quer ter um criadouro conservacionista. Ele ia lá, analisava: “Então, para ser criador conservacionista eu tenho que ter tal espaço e cumprir tais requisitos.” A partir daí ficaria fácil tanto para o usuário como para nós do IBAMA. Essa foi uma das atividades das atribuições que nós desenvolvemos na Diretoria. Não encontramos uma operacionalidade muito fácil. O que é isso? Todos os processos tinham origem nos Estados, eram montados nos Estados, mas eram enviados para Brasília, para análise e ter a aprovação final. Em função de que havia 27 Estados demandando uma estrutura única em Brasília, o andamento dos processos congestionava e muitos às vezes demoravam muito tempo: três anos, quatro anos, às vezes até mais, para se obter o registro final. Essa burocracia gerava um controle não muito eficaz. Na verdade, podemos até dizer que o controle ficava totalmente prejudicado. O projeto de um zoológico ou de um criadouro, para ser aprovado, tem que definir o plantel que a instituição vai ter. Então, a primeira medida que tomamos foi reunir todos os núcleos de fauna dos Estados, que foram criados à época do Presidente Casara. Em conjunto tomamos a decisão de retornar os projetos para os Estados, para todos os criadouros e os zoológicos serem vistoriados, dar-se o fechamento final e decidir se teriam o registro final, se haveria



um termo de ajustamento de conduta para corrigir qualquer problema que surgisse ou se seria fechado. Nós iniciamos isso pelos zoológicos. No Brasil existiam à época 146 zoológicos, dos quais apenas 42 tinham registro definitivo. Foram vistoriados em torno de 70%, porque o tempo não foi suficiente para vistoriar todos. Nós começamos por São Paulo, porque é o Estado que detém a maior quantidade de zoológicos: 43. Do resultado dessa vistoria, foram fechados cinco zoológicos, foram feitos termos de ajustamento de conduta em mais sete e nos outros foram consolidados o registro, porque seu funcionamento estava em boas condições. No Estado de Minas Gerais, foram fechados em torno de — se não me engano — quatro zoológicos; em outros foram feitos termos de ajustamento de conduta. Enfim, fechamos o Estado do Rio, São Paulo e Minas. Foi feito também o Paraná. Nos Estados que têm apenas um zoológico, a gerência local foi orientada para fazer essa vistoria. Esse laudo foi feito e encaminhado para a gerência, a fim de decidirmos se seria concedido o registro final ou se se faria o termo de ajustamento de conduta, tal como foi feito no Estado de Rondônia. Em Sergipe, nós fizemos um termo de ajustamento de conduta com o Estado; o zoológico foi fechado para reformas e a está concluindo. Deverá ser reaberto nos próximos dias. O mesmo está sendo feito nos criadouros, porque tínhamos 146 zoológicos e temos mais de mil criadouros, entre científicos, conservacionistas e comerciais. A vistoria está em curso. Esse é um processo que se deverá prolongar ainda por esse ano de 2003. À medida que os relatórios de vistoria são encaminhados, uma equipe da Coordenação de Fauna analisa e define que tipo de medida tem de se tomar: fechar o criadouro; fazer um termo de ajustamento de conduta; dar-se o registro definitivo ou se manter o registro definitivo. Alguns ainda não têm o registro, estão funcionando em situação



provisória, esperando o fechamento do processo. Em relação à proteção e conservação, que trata especificamente das espécies ameaçadas de extinção, temos alguns projetos em andamento, tipo Projeto da Arara-Azul-de-Lear, na Bahia, onde nesses dois anos tivemos um aumento do plantel. No final de 1999/2000, essas espécies foram contadas na natureza e havia 178 unidades. No censo do ano passado, nós conseguimos contar 406 unidades. Foi criado um núcleo específico na cidade de Gerimoabo, colocada uma base lá e contamos com o apoio da população. Trata-se de uma espécie muito sensível ao tráfico, porque é um animal que atinge valores muito grandes no mercado internacional. É um projeto na Coordenação de Proteção que tem tido sucesso, uma vez que a população da arara-azul-de-lear praticamente dobrou. Também temos lá atividades de demandas das portarias, que estão sendo revistas e reeditadas. Cuidamos também dos passeriformes. A questão do zoológico, saiu no ano passado nova instrução normativa para um zoológico ser cadastrado. Nós temos também a dos criadouros. Enfim, toda essa legislação está sendo revisada e, à medida que nós vamos concluindo, ela vai sendo publicada já em com as novas instruções e determinações. Em relação à Coordenação de Recursos Pesqueiros, a atividade principal foi feita em relação à revisão da legislação, em função dos períodos de defeso, os períodos de piracema, época da reprodução das espécies, que têm que ser respeitados, para que os estoques não entrem em risco de extinção ou de sobreexploração, provocando uma diminuição no seu estoque. Tem havido uma reclamação muito grande da população tradicional: os pescadores. Eles reclamam muito que algumas espécies não estão mais ocorrendo na proporção que ocorriam antigamente. Isso é em função muitas vezes do grande e acentuado esforço de pesca. Está em curso um trabalho que vai ter continuidade



agora com a Secretaria Nacional de Pesca. Nós vamos ter que redimensionar toda a frota pesqueira nacional, porque durante muito tempo foram se cadastrando barcos, muitos não têm o registro e praticam a pesca. Essa é a grande realidade. A nossa estrutura fiscalizatória é um pouco deficitária e não tem sido eficiente para coibir esse tipo de pesca. Há também denúncias de barcos internacionais que pescam em águas nacionais. Há uma reclamação dos próprios pescadores. Essa estrutura precisa ser modificada. Nós precisamos do apoio da Marinha, porque possui estrutura eficiente e nos poderia ajudar. O IBAMA não tem estrutura de barco suficiente para a fiscalização. Muitas vezes se usam os barcos de pesquisa, que são barcos lentos, sem grande eficiência na abordagem e se prejudica muito o trabalho de fiscalização. Na Coordenação de Recursos Pesqueiros, realizamos o trabalho de revisão da legislação e ordenamento das pescas tanto interiores como exteriores, com revisão das portarias, evitando os períodos de piracema. Além do mais, nós temos vinculados à Diretoria onze centros de pesquisa: seis na área da fauna e cinco na área da pesca. Nós temos o Centro de Pesquisas de Recursos Pesqueiros do Nordeste — CEPENE, baseado na cidade de Tamandaré, em Pernambuco, que cuida de toda aquela costa até o Espírito Santo. Tem o CEPNOR cuja base fica em Belém do Pará. Ele cuida de toda aquela costa do Norte. E o CEPSUL, em Itajaí, em Santa Catarina, que cuida de todo o Sul, até a fronteira do Espírito Santo, onde ele divide o trabalho com o CEPENE. Tem o CEPERG, que fica no Rio Grande do Sul, que cuida das áreas lagunares. Tem o CEPTA, no interior de São Paulo, que cuida da plataforma interior, das águas interiores. Dentro da área da fauna, nós temos seis centros. Nós temos o Centro de Mamíferos Aquáticos, cujo carro-chefe é o peixe-boi marinho, a espécie mais ameaçada de extinção. E realmente o trabalho de



recuperação dessa espécie é muito lento. Por quê? Pelas informações técnicas, uma fêmea de peixe-boi leva cerca de catorze meses para dar uma cria. E essa cria, normalmente, quando ela ocorre na natureza — e nós temos observado isso —, lamentavelmente encalha muito, porque migram da água salgada para a água doce e vice-versa. Quando encontram a maré baixa, o mamífero, que está muito novo, encalha. Nós temos que fazer, então, a recuperação desse animal, e isso é muito caro. Para recuperar cada animal desses, nós o recolhemos ao centro em Itamaracá e levamos aproximadamente cerca de dois anos de trabalho para poder fazer sua reintrodução no seu hábitat. Quando a reintrodução é feita, o animal é microshipado, e a maioria deles é monitorada por radiotransmissor, porque os dados estatísticos de que dispomos informam que existem apenas em torno de — entre o peixe-boi marinho e o peixe-boi da Amazônia — oitocentas unidades no Brasil. Então, é um número extremamente pequeno e a situação requer cuidado muito grande. Esse centro cuida dos mamíferos aquáticos, cujo carro-chefe é o peixe-boi marinho. Há o Centro de Aves Migratórias — CEMAVE, que cuida das aves que migram para o nosso continente e das aves internas, principalmente das avoantes do Nordeste, que é um problema muito sério, cuja caça é usada muitas vezes para subsistência. No entanto, muitas pessoas se aproveitam para caçar por esporte e usam a carne desses animais como tira-gosto e tudo o mais. Esse centro tem feito um trabalho nessa área e determina qual a quantidade de espécies que existe. Está concluindo um estudo para ver o que fazer em relação ao abate da avoante no Nordeste, mas também cuida de outras aves e dá apoio muito grande às gerências executivas. Nós temos o RAN, cuja sede é em Goiás, que cuida da parte dos quelônios da Amazônia, de répteis e anfíbios. É um centro que cuida basicamente da proteção e



conservação. Temos o Projeto Tamar, conhecido internacionalmente. Apesar dos números bastante significativos, para se ter idéia, de cada mil tartaruginhas novas lançadas ao mar, — as estatísticas mostram — apenas duas sobrevivem, porque o predador natural extermina quantidade muito grande. Isso nos tem levado a ampliar as bases do Tamar e aumentar ainda mais o trabalho de proteção. É um trabalho que conta com o apoio da PETROBRAS e de outras empresas. Esta é justamente a razão do sucesso, além do esforço que o IBAMA vem realizando. Tem o Centro de Controle de Predadores Naturais — CENAP, cujo trabalho atualmente vem se intensificando. Trata-se de um trabalho de proteção aos felinos, que normalmente atacam as fazendas de gado. O alto índice de desmatamento e degradação ambiental foi tirando o hábitat desses animais. Quando a comida acaba, eles atacam as fazendas. A primeira reação do fazendeiro é matar o animal. Nós estamos fazendo um trabalho — inclusive já temos equipes volantes, treinando-as por região — para conscientizar as pessoas de que, uma vez que foi retirado o hábitat dos animais, alguma contrapartida tem de lhes ser dada. Então, orientamos os fazendeiros a colocarem alimentação para eles, para que eles não atacassem o rebanho. E, quando isso não for possível, usar métodos que não o abate desses bichos. Até porque alguns, se não estão ameaçados de extinção, mas estão numa espécie realmente que a gente precisa ter cuidado, principalmente as onças, que são os bichos que mais ocorrem aqui na região do Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso. Então, esse centro tem esse trabalho. E o Centro de Proteção a Primatas, que cuida da questão dos primatas brasileiros — existem vários outros centros —, e esse é um centro de informação e de preparação de políticas para as espécies. Inclusive, o Deputado Luiz Ribeiro é um dos grandes incentivadores do mico-leão-



dourado, lá no projeto do Rio de Janeiro, na Serra dos Órgãos. Esse centro hoje tem feito o trabalho de congregar todas essas informações e coordenar as políticas de proteção aos primatas, inclusive com a ocorrência, agora, no Paraná, de algumas espécies que há muito tempo não víamos. Na verdade, são os centros que têm nos dado um apoio muito grande. E agora, o que a gente está fazendo? A gente está junto, com os centros, definindo a política de proteção e conservação. O trabalho da nossa Diretoria é posterior ao trabalho da fiscalização, mas todos aqueles animais que são apreendidos, os nossos centros, junto com as gerências, têm hoje condições de periciar e definir se faz a soltura, se deposita em zoológicos, em criadores, enfim, o que fazer com esses espécimes que são apreendidos, muitas vezes de feiras, enfim, clandestinos. Em linhas gerais, Deputado, esse é o trabalho da Diretoria. Realmente, é uma diretoria nova. Avançamos bastante, estamos muito longe do ideal, a estrutura de trabalho ainda é incipiente, mas acho que foi uma sinalização que o IBAMA deu de que era importante e que realmente, em função disso, estamos conseguindo avançar nesse setor, que antes estava diluído em diretorias e que não era prioridade. Por exemplo, a questão de vida silvestre estava na Diretoria de Ecossistemas e a questão dos peixes estava na Diretoria de Florestas. Então, na verdade, era um apêndice dessas diretorias e, lamentavelmente, não era tratado com muita prioridade, mas agora tem uma diretoria específica, que cuida com prioridade. Dentro dos poucos recursos que temos, estamos procurando fazer o possível para que realmente essas coisas tenham um ordenamento correto, dentro da legalidade e que tanto a fauna terrestre como a aquática — a gente pode chamar os recursos pesqueiros de fauna aquática — sejam protegidas, e a gente não tenha tantas estatísticas negativas, como a



gente vê por aí. Eu gostaria de me colocar à disposição — em linhas bem sucintas, é isso —, e eu gostaria de me colocar à disposição, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal Bentes, para suas perguntas. Com certeza as terá.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Primeiro, eu quero fazer, preliminarmente, um reconhecimento desse trabalho de prevenção que o IBAMA, na parte de fauna, realiza, diferentemente do que ocorre na parte de flora. E, do que eu ouvi do Dr. Anchieta, percebe-se que as dificuldades da diretoria em que ele atua são as mesmas comuns a todas as outras diretorias, sobretudo falta de recursos financeiros e de recursos humanos. Depois de tanto tempo aqui nesta Casa, desde a Assembléia Nacional Constituinte, já estou me tornando quase que um descrente, porque as leis são boas, são bem feitas, bem elaboradas, mas não se dão condições de serem executadas. E, aí, não adianta ter uma legislação boa, que preveja as várias situações fáticas, mas não dêem condições para se cumprir a lei. E, aí, os próprios órgãos governamentais depois passam a ser acusados de não efetuarem seu trabalho da maneira como deveriam, de forma preventiva, primeiramente, didática, pedagógica, educacional. E não fazem porque faltam-lhes os recursos. Ora, se criam uma fiscalização — vamos só para essa parte pesqueira —, mas para fazer o trabalho tem que recorrer à Marinha, que também já não tem recursos, até o seu efetivo foi diminuído por falta de recursos. Então, realmente, não se quer preservar, não se quer fazer coisa nenhuma. Querem é jogar para a galera e nada mais. Então, eu lamento que V.Sa. tenha sido mais uma vítima, numa diretoria em que teve a melhor das boas intenções, mas que, na realidade, não pôde executar o trabalho como precisava ser executado, porque não dispôs nem de



recursos humanos nem de recursos financeiros. Além do que essa parafernália da nossa legislação, com leis, decretos, instruções normativas, portarias, conflitantes muitas vezes, e que deixam, no fundo, no final, o cidadão como o grande vilão. Eu creio que é um desabafo apenas, Dr. Anchieta, de quem já está há tantos anos aqui na Casa, tentando realizar, legislando, mas que já não acredita que essa nossa legislação, por melhor que seja — e a legislação ambiental brasileira é uma das melhores do mundo —, mas é talvez o País onde as infrações sejam maiores, o que vem dar razão ao Lao Tse, quando dizia, 750 anos antes de Cristo, que quanto maior o número de leis, maior o número de infratores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual é o nome?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Lao Tse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lao Tse não é aquele senhor da...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, aquele é o Mao Tsé. Trata-se do Lao Tse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa sabedoria chinesa — é chinês ou coreano? — me falta, realmente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, Dr. Anchieta, eu vejo que muito se tem que realizar. No meu relatório preliminar, uma das coisas que solicitei é a adoção de medidas conjuntas, unificadas, dos órgãos envolvidos com o problema, para que falem a mesma língua, porque, do contrário, vai acontecer o mesmo que ocorre na parte fundiária: o INCRA tem uma diretriz, o IBAMA tem outra e o prejudicado é o meio ambiente, é o ecossistema e é o ser humano. Então, não tenho nenhuma indagação a fazer. Quero louvá-lo pela sua exposição e dizer que ainda



temos mais quatro anos para continuar brigando aqui, inclusive para melhorar a imagem do IBAMA. Por onde nós andamos, lamentavelmente, Dr. Anchieta, em todos os Estados que nós percorremos, nós tivemos queixas do IBAMA, que não é por culpa de quem dirige, ou de quem atua, muitas vezes, mas simplesmente por falta das condições, que o Governo não lhes dá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A tentativa evidente no seu relatório preliminar é a questão da hierarquização dos entes federativos na questão de proteção. Para os seus comentários, já que não houve pergunta, o Dr. José Anchieta dos Santos.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Só corroborando a fala do Deputado, uma informação. No ano passado, para o senhor ter uma idéia, o orçamento da pesca passou o ano totalmente contingenciado. Graças ao esforço do Presidente Rômulo, que transferiu alguns recursos, nós conseguimos trabalhar. A espécie de primata mais ameaçada do Brasil só teve recursos para trabalhar graças ao Deputado Luiz Ribeiro, que colocou uma emenda parlamentar. Tenho que dar esse depoimento, porque realmente foi um sacrifício, lamentavelmente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Ele deve ter muito prestígio, porque a maioria das emendas foram contingenciadas e não foram liberadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se o senhor colocar na questão do meio ambiente, o senhor vai ver que todas serão aprovadas e nada contingenciado, tenho certeza, porque coloquei todas as minhas.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Inclusive a espécie é motivo da cédula de 20 reais. Veja, o Governo trata como prioridade, mas realmente o orçamento não chegava, infelizmente. Então, eu gostaria de aproveitar a



oportunidade e dizer que, se pelo menos nós conseguirmos que o orçamento seja cumprido, eu agradeceria aos trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. José Anchieta, o senhor foi autor de uma... sua diretoria foi autora, se não me engano, de uma instrução normativa ou outra coisa que o valha, para mim, polêmica, ainda mais quando nós estávamos, já discutimos bastante na CPI, inclusive — repetindo a palavra inclusive —, com uma solicitação votada em plenário para que fosse feita uma verdadeira devassa em todos os criadouros no Brasil, sejam eles científicos, sejam eles conservacionistas, ou mesmo comerciais. O senhor é autor, o senhor assinou uma portaria — eu acho, se não me engano, não importa, mas o senhor assinou —, dizendo que, a partir daquele momento, ou então havia uma intenção do IBAMA que, a partir daquele momento, todos os criadouros de todo o Brasil estariam regularizados. Isso foi notícia de *O Globo*. Eu li até no avião.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Eu estou estranhando essa afirmação, porque, na verdade, não existe. A instrução normativa que foi editada pelo IBAMA, isso em 2001, e renovada em 2002, por uma determinação do Ministério Público, foi em relação aos passeriformes, criadores amadoristas, mas não regularizava ninguém, eles teriam que ir ao IBAMA com... Porque é o seguinte: a Portaria 57, de 96, transferiu essa prerrogativa para as federações — eu não sei se é esse assunto. E o Ministério Público determinou ao IBAMA que retomasse esse cadastramento. Então, foi feita uma instrução normativa em 2001, certo, que determinava que essas pessoas tinham um período para ir ao IBAMA com as relações de seus pássaros, que eram cadastrados antes pelas federações, para poderem se regularizar. E isso era passível de comprovação. Inclusive, eles tinham



que estar anilhados, tinha que ter a comprovação de origem, enfim. Que eu conheça, nós não editamos nenhuma portaria regularizando nenhum criador, tanto é que estamos vistoriando todos os criadouros, com registro ou em tramitação, para poder finalizar. Inclusive, uma das coisas que nós carecemos de informação é porque não temos ainda um banco de dados informatizado. Essa coisa é feita muito na ficha. Então, essas coisas estão sendo feitas agora, e vai continuar, agora, na próxima gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Até porque identificados pela CPI, não todos, evidente, quer dizer, poucos são aqueles que realmente não fazem, mas muitos são pólos importantes na questão de tráfico de animais. Até pela dificuldade que o IBAMA. Por exemplo, eu estou mandando trazer umas anilhas que nós apreendemos em Cascavel. Essa foi uma apreensão feita pela CPI junto com o IBAMA, inclusive, mostrando, descortinando a falta absoluta de critério, não sei se de propósito, das federações de passeriformes. Eu vou trazer anilhas para o senhor, a Secretaria vai trazer, de pássaros que existem, mas não existem. Existem para o IBAMA porque tem na relação, são cardeal, parará, número tal tal tal, existem para a Federação, mas não existe o pássaro. E o próprio criador, que estava em regime, tentando se regularizar, tinha a anilha já prontinha. Quer dizer, o pássaro não nasceu, mas ele já tinha a anilha. Então, mostrando que essas associações e federações... E aí a pergunta válida: se de propósito ou não, de maneira criminosa ou não, por falta de regulamentação... Eu acho que não, porque ninguém, o IBAMA, com certeza, não autoriza a liberação de uma anilha de um passarinho que não existe.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - De forma alguma.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - De forma alguma. Então, atos criminosos, que ferem a lei brasileira, a lei do nosso País, e os órgãos de fiscalização. Quer dizer, é impossível para mim, pelo menos enquanto Presidente da CPI, e aos seus membros, que o senhor tivesse assinado qualquer coisa desse tipo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Não, a instrução não houve ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Porque não se pode fazer mesmo, do jeito que nós estamos em termos de Brasil, nessas questões de passeriformes. Em Minas Gerais, todas as federações e associações, seus responsáveis serão encaminhados ao Ministério Público para indiciamento — todos, todos os que estão; São Paulo, a mesma coisa; Paraná, a mesma coisa. Porque em todo lugar é a mesma, parte do seguinte princípio, parte-se tudo do seguinte princípio: anilhar pássaros que não nasceram, anilhar pássaros que ainda, ou seja, dá-se uma anilha para cheque em branco — é um cheque em branco.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Agora, Deputado, me permita. Essas anilhas, elas têm uma bitola, nós temos um equipamento. E observe bem: todos aqueles, a instrução, ela dizia o seguinte: que todos os criadouros que estavam cadastrados em qualquer federação teriam que ir ao IBAMA para se regularizar. Munido de relações anteriores, está certo, e em cima dessas relações, elas estavam passíveis de comprovação. Tanto é que muitos não conseguiram se registrar porque, quando foi feita a vistoria, isso não batia com a realidade. E hoje esse sistema já avançou tanto que, a partir do mês de fevereiro, ele passará a ser via Internet, e o cidadão, hoje qualquer transação de passeriforme, terá que o cidadão que está — porque eles transacionam entre eles, trocam e tal —, qualquer transação nesse sentido terá que passar pelo sistema. Ou seja, antes eles migravam



com isso sem nenhum controle. Agora, quem tiver cadastrado é que poderá transacionar e conseguir o registro no IBAMA. Tem que está registrado no IBAMA tanto quem vai vender como quem vai comprar. E, em função disso, por exemplo, só é liberado anilha para quem está cadastrado. Não estando cadastrado, ele não recebe anilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, porque essas anilhas são para filhotes.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – São para filhotes que têm que ser anilhados até o oitavo dia de nascidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não são abertas.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não, são fechadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até o oitavo dia. Então, o que acontece é um mercado que... O senhor tem idéia de quanto movimenta isso no Brasil?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não, eu não tenho idéia. A informação que nós tivemos, quando o Ministério Público procurou o IBAMA, que foi no começo da diretoria, quando eu cheguei — inclusive, a instrução já tinha sido publicada, quando a diretoria foi criada, nós pegamos ela em curso —, era que estimava que teria em torno de 250 mil criadouros no Brasil. Não se cadastraram 150 mil. Nós encerramos em 31 de dezembro, e os nossos dados mostram que o número foi bem inferior. Provavelmente, as pessoas sentiram que não tinham, porque nós, inclusive muitos vieram se cadastrar, e nós não aceitamos, está entendendo? Está irregular, e aqueles nomes que estão irregular estão numa



relação, que nós vamos depois tomar as providências e mandar a fiscalização confiscar esses animais, uma vez que eles passam a ser propriedade da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Até porque, Deputado Asdrubal, a moda agora, quer dizer, a moda é de algum tempo, mas agora, chegando no Sul e Sudeste, antes não existia, é briga de, é rinha de canário-da-terra. No Sul, no Sudeste, não tinha essa tradição, começou-se agora a fazer. E todas essas rinhas são municadas com o pássaro por essas federações, por essas associações. Então, movimenta-se muito dinheiro numa questão simples. Quer dizer, quando nós pensamos em fauna, a gente pensa no bico-torto, grande, arara, mas e o canário-da-terra, e o coleiro e o tico-tico? Movimenta-se muito dinheiro. Por exemplo, eu fiscalizei pessoalmente, mas dei azar, essa eu dei azar, eu tenho dado sorte ultimamente, mas dei azar, uma localidade chamada Magé, em Teresópolis. Próxima a Teresópolis, a 50, 30 quilômetros de Teresópolis, houve uma conversa que tinha uma associação que estava regularizando os pássaros. Pois, não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ... Teresópolis, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não entendi.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O seu Município de maior atuação política é Teresópolis, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Teresópolis.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então está explicado. Santo de casa não faz milagre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não acertei. Pois é, mas a 30 quilômetros de lá, correu esse boato de que tinha uma associação que estava



regularizando animais. E muita gente migrou, foi até lá. Eu fui também, não é, para ver como é que funcionava. Só que a associação naquele lugar não existia. Mas eu estou atrás, e temos gente para buscar onde que estaria regularizando. Então, existem associações que fazem isso, só fazem isso. Bom, na sua diretoria, o senhor colocou a questão da preocupação, evidente, que o Governo brasileiro tem com os animais raros, os animais em extinção.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Ameaçados de extinção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é, eu gostaria que o senhor lesse isso aqui com bastante calma e, depois, comentasse o que o senhor acha. *(Pausa.)* A parte da frente é em português, a parte de trás é em inglês. Eu gostaria, antes do senhor comentar, que fizessem chegar às mãos do Deputado Asdrubal também. Por favor.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – É, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o Sr. Charles Munn?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já esteve com ele alguma vez?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele trabalha na Bahia, não é? O senhor foi diretor em...?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não, eu não fui diretor na Bahia, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não. O senhor foi em Pernambuco?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor nunca escutou falar nesse senhor, Charles Munn?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não. Charles Munn?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Charles Munn.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só para que eu volte aqui à Presidência, o senhor pode comentar esse folheto de propaganda?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Na verdade, essa propaganda não condiz com a realidade, não é. Eu estou achando isso aqui muito estranho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu vou aos pontos. Isso aqui foi encontrado num hotel onde a CPI foi. A CPI foi, e estava isso lá. Uma porção. Sabe aquelas coisinhas que ficam dentro dos escaninhos, não é.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E estava lá: casa da ararinha-azul. O senhor sabe quantas tem no Brasil, quantas ararinhas-azuis tem no Brasil?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Existe quatro exemplares no Zoológico de São Paulo, existia dois exemplares, ou eram três, lá no Criadouro Conservacionista Chaparral, e veio uma, recentemente, para fazer a tentativa do pareamento em cativeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em cativeiro. Pareamento?



O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – É. Tentar a reprodução em cativeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Reprodução.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – ... uma vez que elas não existem mais na natureza. É um processo que os especialistas recomendam, e é feito um estudo do padrão genético, está certo. Isto é, disseram que era a melhor, a que mais se adaptava para parear, era a do Chaparral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós também vimos essa dificuldade, visto que o que se diz é vinte tipos de aves brasileiras ameaçadas de extinção, como a ararinha, jacutinga e a vedete do parque, a ararinha-azul, a ave mais rara do mundo. O Chaparral é o único criadouro do Brasil a ter um casal, uma espécie e a reproduzir em cativeiro — feito comemorado em todo o mundo. Para crianças, o Chaparral também é uma verdadeira atração. Além das aves, elas podem se divertir com os filhotes da fazendinha, criados especialmente para que as crianças possam tocar nos animais e aprender a rotina de uma vida de campo. Vem em inglês.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Realmente, houve uma reprodução anterior, já há alguns anos, no Chaparral, em cativeiro. Realmente, foi a primeira aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – No Brasil.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Está certo? Isso já faz algum tempo. Parece que depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Existe alguma organização internacional que dê dinheiro para ajudar nesse, vamos chamar, nessa necessidade



que o mundo tem de preservar as suas espécies, ou seja, buscar em algum lugar e levar um espécime, e levar para outro, para fazer banco genético, essa coisa toda?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Olhe, existe. Essas espécies raras normalmente se criam os comitês, está certo. E no caso da ararinha-azul, em 1990, quando se viu que não tinha mais nenhuma na natureza, foi criado o Comitê da Ararinha-Azul, onde congregava quem tinha elas em cativeiro no mundo todo. E o próprio IBAMA, na época, fez uma portaria, criando esse comitê, que a maioria delas estão em poder de criadores no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – No exterior, não é?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – No exterior, é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E esse comitê, ele vai e pega, ele tem essa atuação, pode pegar em outro país?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Esse comitê era para se reunir e definir as políticas de manejo dessas espécies junto com o IBAMA. Até porque, como estavam fora, o IBAMA, na época, a portaria foi feita, ela, eu não diria que anistiou, mas ela diz o seguinte: suspendia os trabalhos de repatriamento, desde que todos concordassem em participar das técnicas de manejo para reprodução da espécie.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Aí, acontece que, há pouco mais de um ano atrás, quebrou-se uma regra do comitê, porque existia o seguinte: qualquer movimentação de plantel, esse comitê teria que aprovar, com o aval do IBAMA e do Governo brasileiro. E um dos proprietários, parece que lá nas Filipinas, vendeu para um xeque do Catar — essa foi a informação que nos chegou. E o



IBAMA, por uma portaria, extinguiu esse comitê e chamou para si toda a responsabilidade agora do manejo, uma vez que os pares não estavam cumprindo o acordado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Certo, mas esse comitê gerenciava verbas, também?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, só mesmo...

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Só técnico. Meramente técnico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Técnicas. Nessa questão aqui do criadouro Chaparral, o senhor teve, o senhor tem conhecimento de algum processo de multa contra esse criador ou que tenha resultado em multa ou, se existe, faz quanto tempo que existe e por que não foi concluído?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Existe um processo, foi na minha época que era gerente de Pernambuco, e esse processo, eu acompanhei ele até fevereiro de 2001, quando eu vim para Brasília, que o Casara assumiu; a partir daí, ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor lembra o que era ou não? O que que ele dizia?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Foi auto de infração por algumas espécies que estavam sem comprovação de origem. Inclusive, esse auto de infração está cadastrado nos SIGs do IBAMA, os dois, e todos esses animais, logo depois, o IBAMA mandou *microchipar*, ainda na minha época, que eram os animais que estavam irregulares.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Irregulares por conta de procedência?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Procedência, não tinha comprovação de origem. Então, foram, se não me engano, foram quarenta e poucos animais, à época, 42 ou foram 43. O IBAMA mandou os *microchips*, e nossa equipe foi lá e *microchipou*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso gera multa, gera o quê?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Gera multa administrativa; depois que ela é homologada, nós encaminhamos para o Ministério Público para processo civil penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ou seja, a pessoa fica com ele, fica sendo fiel depositário, *microchipado*.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – *Microchipado*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mesmo sendo comercial, ele pode vender esses animais depois?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Esses animais têm que estar lá.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Têm que estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Os *microchips*.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Entendi, e depois gera-se o administrativo e o penal.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – O administrativo é dentro do IBAMA, e o penal é pela lei de crimes ambientais; aí vai para o Ministério Público. O Ministério Público... É um processo à parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então o senhor se desligou?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Eu vim para Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso deve estar lá ainda, não é? Esse processo deve estar lá.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Estava lá. Quando a CPI pediu, nós mandamos buscar o processo lá para tirar cópia para mandar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso. Então deve estar por aqui. Onde mesmo o senhor falou sobre a questão das araras-azuis-de-lear?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pois não, Deputado Asdrubal.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Por que essa demora tão grande em julgar este auto de infração lá em Pernambuco? Porque me parece que tem prazos. O infrator, quando autuado, tem o prazo de 20 dias para apresentar defesa, e a própria lei de crimes ambientais também dá um prazo exíguo para ser julgado, por parte do IBAMA. Então, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Parte administrativa, não é?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – É, parte administrativa. Eu não sei a razão dessa demora, porque deveria, no caso, ter sido deferida ou indeferida a defesa, não é, e, a partir daí, caberia recurso aqui para a esfera superior.



O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Para o Presidente e para o Ministro.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Exatamente, são vários, vai até o conselho.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Eu acompanhei esse processo até o final de 2000; ele veio para Brasília, porque a equipe que fez a auditoria lá, que auditou, era uma equipe mista; retornou para lá no final de novembro; nós despachamos, para complementar as informações e mandar para o jurídico dar o parecer legal, para poder a gerência homologar. Esse processo não retornou para mim...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Isso é em 2000?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Isso, final de 2000. E aí, em fevereiro, que foi a última vez que eu vi a movimentação desse processo, eu já estava vindo para Brasília.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - É um dos embargos de gaveta, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Com certeza, uma das solicitações que nós fizemos ao IBAMA foi saber nos últimos três anos quantas multas foram lavradas e quantas multas foram... Aliás, foi o senhor mesmo, foi o senhor mesmo. É isso mesmo. A resposta já deve estar chegando; se não chegou, deve estar chegando.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Agora, Deputado, esses embargos de gaveta, eles são muito perigosos, e quem faz tem que ter conhecimento, porque



esse auto de infração, ele está cadastrado no sistema de auto de infração do IBAMA desde março de 2000. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Aí nós relatamos para o senhor o que nós vimos em Belém.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Quer dizer, quem fez isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Em Belém, uma multa de 100 mil virou 100 reais.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Bom, só que, como ele é posterior, só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deixa eu só... Não, nós entendemos. É que vão chegar depois essas informações também; então, fica mais fácil. Mas o senhor acompanhou até 2000, até 2000 ele estava vindo para Brasília, voltou para a gerência...

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Ele ficou, porque a gerência é quem julga, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - A gerência é que vai julgar.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – O jurídico faz o parecer jurídico, o gerente homologa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - No seu tempo, o jurídico já tinha dado o parecer?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E quando que ele foi multado?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Ele foi multado em março de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Março de 2000.



O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Ele entrou com a defesa, veio para Brasília, retornou em novembro de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor falou sobre uma área de araras-azuis-de-lear, não é?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É Lear que chama?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Lear.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lear. Lá na Bahia?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o nome da área?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Jeremoabo. É uma cidade, Jeremoabo, no Raso da Catarina. O IBAMA criou um núcleo específico para isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Esse núcleo específico é criado em áreas públicas ou em áreas particulares, ou em área de incidência?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Em área de incidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Primeiro, em área de incidência.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – De incidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor sabia que essa área de incidência da arara-azul-de-lear — e daí a minha pergunta — foi arrendada pelo Sr. Charles Munn, um estrangeiro representante de uma ONG internacional chamada Conservation — Conservation não —, uma ONG internacional que aplica dinheiro aqui com operações *joint ventures* com outras ONGs brasileiras, e uma



delas é Brasil — depois o nome vem —, então eles fazem hotéis bastante rústicos e lá para observar as araras? O senhor sabe disso?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Isso deve ter sido posterior à criação. Não sei. Essas informações eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor acha isso normal, ou seja, dá-se incidência, o IBAMA dá toda estrutura, protege e depois vem alguém de uma ONG internacional arrenda...

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) ... e cobra 4 mil dólares por turista que vem ver a arara, cujo número o Brasil, com toda a preocupação, quer aumentar. Ele não vem matar a arara, mas ele traz pessoas para observarem a arara, que também é tanto quanto matar, sabe por quê? E isso há depoimentos e mais depoimentos nos nossos autos que falam o seguinte: Esse Sr. Charles Munn contrata mil e 200, 2 mil dólares — ex, aquela questão do ex, nunca vi um dos nunca tem ex — é traficante de animais e de araras principalmente. Ele contrata essas pessoas. Eles vão dizer onde há incidência das araras. Vamos dizer que esses traficantes sejam as populações tradicionais que vão lá buscar a arara. Então, ele sabe onde tem arara. Ele faz uma ceva — porque a arara em determinada hora do dia, em determinada hora de manhã, em determinada hora da tarde —, quando a arara escuta, está lá na mata, na área de incidência, protegida pelo Governo brasileiro, quando a arara escuta o coco cair, ela vem voando, para quê? Para o americano ver. Sabe quanto o americano deixa aqui para ver nossas araras? Nada. Fica tudo no bolso do Sr. Charles Munn e da ONG brasileira, se não me engano, coordenada pelo Sr. Paulo Silva, se não me engano. Esses nomes às vezes me



fogem. Então, é uma *joint venture*, com sede..., quem traz o turista é o Sr. Charles Munn da sua ONG lá dos Estados Unidos. Ela vem, o cara paga 4 mil dólares para ficar numa casa rústica e ver as araras, protegidas, porque gastamos dinheiro, há toda uma estrutura, acho que os observadores são pagos pelo Governo brasileiro, se houver necessidade — o senhor pode me corrigir — se houver alguma necessidade de veterinário é o Governo brasileiro que paga, somos nós que pagamos, para o Sr. Charles Munn trazer observadores e cada um vai dar 4 mil dólares, tirando uma das questões que mantém a vida selvagem, manter o patrimônio genético, que é a questão da alimentação. Se ela for condicionada a se alimentar àquela hora, daquele jeito, ela está perdendo o principal instinto que vem junto com o instinto sexual, com o instinto de sobrevivência, que é o de alimentação mesmo, para poder sobreviver e poder procriar. O senhor não acha isso muito esquisito?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Eu acho esquisito. Inclusive, lamento muito. A gente não tem, muitas vezes, nem 4 mil reais para fazer operação de monitoração e fiscalização. Acho isso muito esquisito e acho isso um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quatro mil dólares, Deputado, que o Sr. Charles Munn cobra para trazer para cá, e traz dinheiro e investe dinheiro sem apresentação de comprovação de Fisco. Bom, o senhor fez uma afirmação aqui à CPI que me preocupou: a questão da destinação dos animais, inclusive com alguns centros. Uma das recomendações da própria CPI vai ser — e eu já vou adiantar ao senhor — a construção de centros regionais mesmo, de triagem. A realidade que os fiscais do IBAMA hoje encontram... Nós estivemos pessoalmente olhando, vendo, eu participei de uma operação em que o traficante saiu às 9 da



noite de um dia e eu só saí às 3 da manhã do dia seguinte, junto com os fiscais da delegacia do IBAMA. Olha bem. O cara que estava traficando saiu às 9h e eu saí às 3 da manhã do dia seguinte junto com o pessoal do IBAMA. Eram 400 animais e apareceu uma grande dificuldade: onde colocar esses animais, Deputado. Para onde mandar esses animais, porque aí você manda para o zoológico, os zoológicos não estão aceitando mais e quando aceitam é para vender, para tráfico. Os criadouros botam banca: *Não, eu não aceito*. Eu estive, Deputado, num... tem até licença para zoológico, muito esquisito o zoológico, inclusive. Você entra, os animais estão soltos, você entra numa jaula imensa, você participa, interage com os animais. Os animais em estado semi-selvagem, lá dentro de uma jaula, e cada jaula é um ecossistema brasileiro. Por exemplo, ecossistema do Pantanal. Então, tem aquelas aves do Pantanal; ecossistema Amazônico, Mata Atlântica, você entra lá. Muito esquisito. E, na operação que fizemos junto com o IBAMA, apreendemos uma arara linda, imensa, bonita. E era uma mulher, uma gringa. Para variar, em tudo quanto é lugar encontra-se um Charles Munn da vida, um negócio desses, ou um Phillip não sei das quantas. Ela disse que não ficava com a arara, não. Eu tive de dizer: "Minha amiga, minha senhora, a senhora ganha dinheiro com animais que estão sendo encaminhados para a senhora pelo IBAMA e senhora ganha dinheiro com isso e a senhora não vai aceitar, não vai ser a fiel depositária disso por quê? Ela acabou ficando. Mas botam banca ainda. Dizem: *Não quero, não; não vou ficar, não. Esse animal, tenho muito, não preciso*. O que é isso? Você tem uma autorização para ser conservacionista científico e não aceita os animais apreendidos. O senhor sabe que existe uma ONG americana, se não me engano, que vem lutando já há muito tempo para sacrifício dos animais que são apreendidos, não sabe? O que o senhor acha



desse *modus operandi*, ou seja, me parece que em alguns países acontece isso mesmo?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Chamam de eutanásia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Eutanásia. O que o senhor acha disso?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Olha, sou radicalmente contra. Acho que a eutanásia só deve ser praticada quando o animal não tiver mais condição nem de ficar em cativeiro. Aí seria aproveitado para estudo, doado à universidade, mas o Brasil não permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é. Mas o senhor não acha que nós também estamos praticando uma eutanásia pior? Como não tem destinatário, às vezes os animais ficam na casa dos fiscais, às vezes não têm onde ficar, ficam nos prédios do IBAMA, sábado e domingo não entra ninguém para tratar em alguns lugares? O senhor não acha também que — como vou falar —, não está assim tão bem organizado? O que realmente estamos precisamos, para que evitemos a eutanásia cruel, que hoje, em alguns lugares, às vezes acontece, muitos animais chegam doentes e por um motivo ou por outro acabam morrendo — então, para mim, é uma eutanásia cruel? O que a gente pode fazer para realmente resolver isso?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - A informação que temos dos técnicos, Deputado, é que o CETAS, como centro de triagem, é para o animal passar o menor tempo possível. O CETAS seria uma solução provisória ou temporária. Mas acho que a gente precisa de áreas para recuperação desses animais, sei lá, quarentenários, coisa dessa ordem, para tentar, talvez, a



reintrodução ou a manutenção para o resto da vida. Os zoológicos não querem aceitar porque alegam que não têm condições de manter, os criadouros da mesma forma. Então, a gente está numa situação difícil e o IBAMA luta com uma dificuldade imensa de recursos de área para destinar. A soltura propriamente dita, existem muitas controvérsias, uns especialistas dizem que pode soltar, não tem problema nenhum. Tem as unidades de conservação do IBAMA, que poderiam ser utilizadas para soltura, uma vez que são áreas sob proteção, é só se fazer um estudo mais profundo e definir uma regra para soltura, está entendendo? Enfim, acho que tem de se encontrar uma solução que, infelizmente, agora a gente não vislumbra. É aquele negócio: está numa situação difícil, ou deixa como fiel depositário, ou obriga o criadouro ou zoológico a receber e, muitas vezes, como não têm recurso, a coisa fica como está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É a eutanásia. O que estamos contra, estamos exercendo, a eutanásia cruel. São animais que ficam sem serem cuidados, acabam morrendo de fome, que é a pior forma. Lá em Camaçari existe um projeto de soltura de 33 araras. O senhor conhece esse projeto?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Conheço. Eu nunca estive lá, mas sei que existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - A sua diretoria ainda não autorizou o senhor, na época, nos dois anos em que o senhor esteve...havia alguma dificuldade?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Está havendo uma dificuldade. Nós pedimos recentemente um plano de redistribuição desses animais, até porque lá é



um centro de triagem, não pode ficar eternamente, o diretor da área se negou a cumprir, e eu encaminhei à área jurídica para tomar as medidas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E é possível isso? O diretor manda fazer e o cara da ponta não faz?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Não, na verdade não foi nem o IBAMA, porque o centro não é do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Certo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - O centro tem um convênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS – Está certo? Então, ele se negou a que nós fizéssemos a redistribuição no primeiro momento. Então, eu mandei tomar as medias cabíveis e a informação que tive recentemente é que ele já está discutindo com o pessoal o plano de recolocação desses animais ou para soltura ou para cativeiro. O IBAMA deve ter mandado um expediente da área jurídica, ameaçando entrar com um processo contra ele, porque ele nunca podia fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor sabe que existem hotéis que, inclusive, tem até um depoimento interessante lá em Pernambuco mesmo, o cara diz ter um hotel Beira Mar, um *resort*, que tem araras soltas. As araras são muito bonitas porque elas voam, elas são livres, foi fiel depositário.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Ele foi autuado e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E ele não quer fazer, não quer prender.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Não, nós tentamos fazer, mas por falta de equipamentos para...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. Nero Lacerda, não é?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Nós tentamos capturar uma vez mas, por falta de equipamentos, não conseguimos capturar as araras, porque elas voam, elas ficam dando vôos rasantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas o senhor sabe que existem hotéis que usam animais da fauna silvestre brasileira usada para levar mais, como é que vou falar, mais hóspedes.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Clientes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor tem algum tipo, como é que vou falar, no seu tempo, nesses dois anos, o senhor conseguiu montar ou ter mais informações sobre isso, existe o nome desses hotéis, não existe, eles tinham um banco de dados, quais os hotéis que usam?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Nós temos informações de que isso ocorre mais na Amazônia e a Gerência Executiva da Amazônia tem essa relação, e disponibilizou para a hora que precisarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Asdrubal Bentes, uma pergunta que vou fazer para o Dr. José Anchieta: Por que o IBAMA não baixou uma instrução normativa ou uma portaria proibindo animais em circos?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Deputado, veja bem, a questão de animais em circos, são considerados exóticos, foram introduzidos no Brasil num período anterior e nós estamos com um projeto em discussão, porque, na verdade, essa regulamentação, segundo a área jurídica, teria de ser por projeto de lei e existem tramitando aqui, no Congresso, 17 projetos. Estamos com uma proposta de pegar esses 17 e transformar em um só. Não houve tempo hábil para a gente



encaminhar isso aqui, até porque há necessidade de uma nova lei para que a gente confisque esses animais. Estamos hoje com 84 leões, em São Paulo, abandonados por circos lá no nosso mantenedouro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pois é, o problema do circo não é só quando os animais estão em atividade. O animal fica em atividade dois, três, cinco, seis anos e depois ...

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Os animais grandes eles estão inclusive... vender para fora do País e pode, mas os animais pequenos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Por exemplo, o orangotango. O que se faz com o orangotango velho? O orangotango fica maluco no circo, ele fica louco; ele não tem mais capacidade de raciocínio; enquanto orangotango, ele faz a coisa condicionada. O que faz com o orangotango depois? Eles ficam cinco anos. Depois abandonam por aí, vão largando pelas estradas, como acontece com os nossos animais domésticos. A crueldade maior, a crueldade tão grande quanto é a questão dos animais domésticos. O IBAMA, a sua diretoria avançou na questão dos animais domésticos?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Não, nós não tivemos tempo de avançar na questão dos animais domésticos. A questão dos animais silvestres é tão grande que não houve tempo de ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Temos informações que o Sr. Beto Carrero deu um churrasco para amigos, comemorativo do aniversário de alguém da família dele, e o prato servido foi um alce. Ele é fiel depositário. Aliás, o circo é o fiel depositário, pelo menos assim que deve ser, né? Acredito que sim.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Não tenho informação sobre isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pois é, que ele deu um churrasco para os amigos, era aniversário de alguém, e matou um alce e serviu num churrasco. O senhor tem informações sobre isso?

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Não, não tenho informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Asdrubal Bentes, mas algum questionamento? Ok. Realmente, como posso falar, eu li essa notícia, inclusive com o comentário...a primeira pergunta que fiz sobre a questão dos criadores, eu li essa notícia, tenho certeza de que li, com um comentário seu, inclusive, de jornal. Não fui só eu que li, mas algumas pessoas até ligaram para mim. Se não me engano no *O Globo* ou no *Jornal do Brasil*, não sei. Eu vim no avião lendo e acabei me deparando com essa notícia, mas eu vou fazer uma coletânea, vou ver direitinho e depois encaminho para o senhor.

O SR. JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS - Tudo bem. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então, Sr. José Anchieta, muito obrigado pela sua presença e sua colaboração a esta CPI. D. Karina, pode voltar, nós achamos sua multa. D. Karina, a senhora foi multada em 200 mil reais.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Só?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Duzentos mil reais, D. Karina.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS - Só isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Duzentos mil reais. Para a senhora ser multada em 200 mil reais... Estamos vendo as multas aqui, manter espécime em cativeiro, manter espécime em cativeiro as multas são de 8 mil e 500, 500, mil, e a senhora foi multada em 200 mil. Foi coisa para caramba D. Karina. D. Karina tem até uma história muito interessante, ela casou, 15 dias, e logo depois



entraram na casa dela para pegar os animais, então ela teve que assinar, então ela assinou o casamento e assinou a multa. É muito interessante. Duzentos mil reais, D. Karina! A senhora não lembra D. Karina, quantos animais, era muita coisa, se eram muitas gaiolas lá, vamos chamar assim.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS - Não, não eram muitas não. Acho que não tinha essa quantidade de bicho, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora não sabia que tinha sido multada em 200 mil reais?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora é de Caruaru, não é?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A informação, D. Karina, que a CPI teve conhecimento é que a senhora seria uma das fornecedoras de determinados tipos de animais para a Feira do Rolo, lá de São Paulo.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É verdade isso?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu marido então fazia isso?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não, ele não faz isso não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele não fazia isso? Não é faz, não fazia isso?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não fazia e nem faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É? Depois ele falou para a senhora que não fazia? Qual foi a explicação que ele deu para ter tantos animais na sua casa?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Ele criava por esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Oi?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS - Ele criava por esporte. Porque achava bonito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos lá: “...funcionar criadouro, manter espécies da fauna silvestre brasileira e exótica com fins comerciais, sem prévio...” Não foi isso. Foi comercial mesmo, para vender mesmo.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Eu não vendo, não. Nem eu e nem eu nunca ouvi falar que ele vendia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora nunca escutou falar.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não. Eu sei que ele tem banco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu marido é caminhoneiro?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não, ele tem banco na feira. Banco, nas praças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem o quê?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Banco na feira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Banco na feira. O quê que é banco na feira?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Tem uma Feira da Sulanca lá em Caruaru...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É a Feira do Rolo?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É Feira do Rolo, Feira do Rolo.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS - Todo mundo vai lá para essa feira. Aí ele vende confecção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele vende?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Vende confecção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quando a senhora casou, a senhora o conheceu na feira?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Ham ham..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele vendendo confecção. Não tinha passarinho, não tinha nada, só confecção.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não tinha nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E a senhora ia sempre na feira?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Ia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal, tenho uma senhora que foi multada em 200 mil reais, foi a maior multa da Bahia até agora,



naquele ano. Porque o estranho é assim...5 mil, 35 mil, 24 mil, 19 mil, 2 mil, 6 mil, 12 mil, mas de 200 mil não tem nenhuma, só a senhora, D. Karina.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora foi a escolhida aqui D. Karina. Para se ter uma idéia, o Sr. Maurício, que segundo o nosso...Deputado Asdrubal, só informação: em 14/03/2000, o Sr. Maurício, por 42 animais da flora silvestre brasileira, foi multado em 3 mil e 800 reais. Três mil e oitocentos reais. Quarenta e dois. Vamos fazer uma continha rápida: empresta uma canetinha, se bem que eu sou ruim de...o senhor pode fazer uma regra de três para mim: 42 animais dá 3 mil, quanto é que dá 200 mil? Faça a regra de três para mim, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Acho até irrelevante vermos isso. O importante é que me parece que a D. Karina não quer colaborar.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Ela sabe que havia alguma ação que não era legal, porque não é possível ter mais de 100 animais, 100 pássaros dentro de casa, por puro esporte.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não é que eu não queira colaborar, é porque eu não sabia de nada. Não sabia e nem sei de nada.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Estava casa há pouco tempo.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Quinze dias.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Quinze dias. Mas, e antes do casamento, não freqüentava a residência dele?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – A senhora apresentou defesa contra este auto de infração?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Apresentei.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Já foi julgada?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – É, aí é aquela história, então, Presidente, acho que podemos parar por aqui, porque se ainda não foi julgada, ela ainda está *sub judice*. Nós não podemos fazer nada, a não ser aguardar e exigir providências do IBAMA para que agilize esse julgamento. Não é possível. Há pouco uma multa de não sei quanto do ano de 2000, não saiu ainda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – 2001.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...da primeira entrância, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já são dois anos, um ano.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Que é a gerência de Pernambuco. Essa aqui, eu não sei de que data é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – 2001.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ...mas, o IBAMA, se tiverem aí a Lei de Crimes Ambientais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – 9/10.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...vão ver que ele tem um prazo, se não me falha a memória, de 30 dias para julgar os autos de infração, depois de apresentada a defesa. Se não o fez , é omissão. É aí quem é o maior responsável..



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Omissão de agente público é previsto em lei, não é Deputado?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Aí o maior responsável é a própria autoridade, é o próprio IBAMA. Então creio que podemos parar por aí porque aqui não vai adiantar nada, que ela não vai falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas ela vai falar algumas coisinhas, quer ver?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ... e ainda está *sub judice*, ela pode se valer até disso, dizendo: não quero, estou aguardando julgamento. Pronto, acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixa eu fazer uma perguntinha: qual o nome do seu marido?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – É Amaurino Manoel da Silva Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual é o nome?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Amaurino....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Amaurino...

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – ... Manoel da Silva Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu marido tem conta no banco?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem certeza? Absoluta? A senhora tem conta no banco?



A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não. Eu tinha uma poupança na Caixa, mas cancelaram meu CPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Cancelaram seu CPF por causa da multa?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se cancelaram o CPF dela por causa da multa, Deputado, já foi julgado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – É outro erro em que incorre o IBAMA. A primeira coisa que ele faz é imediatamente tomar essas providências de inscrever no CADIN e isso e aquilo e aquilo outro. E eu como advogado militante à época cansei de derrubar esses autos de infração e até essas providências, porque são arbitrárias, abusivas e ilegais. Se preocupa mais em deixar o cidadão na clandestinidade, na ilegalidade, do que cumprir a lei, essa que é a triste realidade. E eu acho que temos que cobrar providências do IBAMA para que ele cumpra a lei. Assim como o infrator é obrigado a apresentar a defesa dentro de 20 dias, pena de revelia, também o IBAMA tem um prazo de lei para julgar esses autos de infração. Se não o faz, deve haver uma punição para quem não o faz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado, somente explorando o senhor um pouquinho, o seu conhecimento jurídico. Ela foi multada. Vamos usar o caso dela, o caso de outro qualquer: foi multada. Para que ela seja negativada no CADIN, na dívida pública, na dívida ativa é necessário que essa multa transite em julgado, não é isso?



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, ela simplesmente pode recorrer ao Judiciário, ainda está *sub judice*, não pode ser condenada a nenhum tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, mas é esse *sub judice* que eu estou discutindo. Se foi para a dívida ativa, já foi julgado, é essa a minha pergunta.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não pode nem escrever dívida ativa enquanto não julgarem em última instância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em última instância que o senhor fala é aqui no Superior Tribunal de Justiça.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, na esfera administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – IBAMA.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – No IBAMA. Isso aí tem “n” jurisprudências do STJ ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então a senhora pode recorrer, está vendo, olha o que o Deputado está dizendo. A senhora pode recorrer que... A senhora faz declaração de imposto de renda?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O seu marido?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual é a sua renda mensal, a senhora ganha dinheiro?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não, que eu fico em casa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fica em casa cuidando do neném, lógico, isso é importante. E seu marido qual é a renda dele, quanto que ele tira na Feira do Rolo lá?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Uns oitocentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Oitocentos por semana?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ah, a feirinha está fraquinha, hein?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Por semana era muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, nós vamos lhe dispensar, D. Karina, mas é evidente, mas eu fiz aquela regrinha, pedi para fazer porque como eu falei eu sou muito ruim de ... são 430 animais, se nós usarmos o mesmo critério que foi usado no S. Maurício. Foi animal pra caramba, D. Karina, muita coisa. Saiu um caminhão lá inteiro, cheio de animais? Foi isso?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – *(Risos.)* É o que estão dizendo, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É? Foi? Bom, a casa é tua mesmo, tua casa?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não, eu moro na casa da minha sogra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Casa alugada?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Casa da minha sogra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Casa da tua sogra. A senhora tem carro, seu marido tem? Não? Ele falou quem deixou os pássaros na sua casa, não?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ele não disse nada para a senhora.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não me disse nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Hum, por quê que a senhora que assinou a multa, ele não estava em casa?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Porque ele não estava e a Marisol ela me pressionou a assinar, disse que eu tinha....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, alguém tem que assinar. Alguém tem que assinar e ela está correta neste ponto, porque alguém tem que assinar, foi multada. Ele tratava dos animais? Ele botava alpiste, botava fruta essas coisas?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Eu nem prestava atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Meu Deus, mas está na tua casa menina.

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Mas eu não prestava atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Você não olhava para isso?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso é que é confiança em marido, hein? Largava pra lá ele, tadinho, podia fazer o quê quisesse que não...

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – OK, então, a senhora está liberada D. Karina. Só queria esclarecer que a CPI vai solicitar maiores esclarecimentos sob esse aspecto visto que, em São Paulo, seu nome foi citado, o seu nome, não o nome do seu marido, em um depoimento específico como fornecedora da Feira do Rolo de São Paulo, fornecedora de determinados tipos de animais, evidente que não podemos, tal como o IBAMA, nos omitir nessa questão e colocaremos isso no relatório para o Ministério Público esclarecer essa questão. Muito obrigado, D. Karina, a senhora está liberada, vai lá tratar bem do seu neném. Como é que é o nome dele?

A SRA. KARINA MICHELLE DE SOUZA FREITAS – Karin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Da Karin. Vamos solicitar então a presença da Sra. Marluce Vieira Campos. Sente-se, por favor, à minha esquerda, D. Marluce, seja bem vinda. Boa tarde. Pode ligar. Vou só ajudar no microfone. Para atender às formalidades legais foi firmado pela depoente termo de compromisso que entrega o formulário de qualificação de cujo teor faço a leitura: *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”* Seu nome, por favor.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Marluce Vieira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - A senhora sabe por quê está aqui D. Marluce?



A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Sei, porque aqui está instalada uma CPI do tráfico de animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora trabalha onde?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Trabalho no IBAMA, atualmente em Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora pertence ao quadro do IBAMA?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora é contratada?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, eu sou funcionária da Universidade Federal da Bahia e estou à disposição do IBAMA, desde março de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Há quanto tempo a senhora está à disposição do IBAMA?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Onze anos vai fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora trabalhou em Vitória da Conquista?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Trabalhei. Eu sou lotada no escritório regional de Vitória da Conquista, no IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lá no escritório regional? Por quê, D. Marluce?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – É, escritório regional. E estou trabalhando atualmente na sede.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora está trabalhando hoje na sede, não é? A senhora atuava na fiscalização de fauna, é isso?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Sim, eu comecei trabalhando na educação ambiental, depois trabalhei um pouco na fiscalização, passei para a chefia do escritório e depois da chefia do escritório fui para Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E a senhora trabalhou também com madeira?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Todo tipo de material que tem....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fauna e flora.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Fauna e flora em geral. E degradação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora participou de alguma ação repressiva na questão do tráfico de animais ou de madeira em Vitória da Conquista?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – E por várias ocasiões, várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas era em operações de vez em quando...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Tanto em operações de rotina como em operações especiais. Nós temos as operações de rotina, que é a fiscalização rotineira em que a gente atende denúncias ou que já sabemos o que acontece, e temos as operações especiais que acontecem periodicamente e nós damos atendimentos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Marluce, o pessoal do som está pedindo para a senhora falar um pouco mais próximo ao microfone. Traz um



cafezinho para D. Marluce, vamos ver que vai melhorar, que é para poder gravar lá e as meninas poderem escrever. Tem umas coisinhas...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Quer que eu repita o que eu falei?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não precisa, esse pedaço não precisa. A senhora nessas operações... mas existe ainda o tráfico de animais e de madeira naquela região, não existe?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – É, Vitória da Conquista é citada e já foi comprovado por mim inclusive, que sempre trabalhei no combate ao tráfico de animais, é uma especialidade minha dentro do IBAMA, como bióloga, e eu, por várias ocasiões, foi constatado que ali trata-se de rota de tráfico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Rota de tráfico.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – ... e local de captura também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Captura e rota. Qual seria a forma de acabar com...a senhora tem idéia, é lógico, evidente, como acadêmica que é, evidente que o acadêmico, além de pesquisar o fato, também busca teorias, busca teorizar o que está acontecendo e pelo menos imaginar alguma forma de resolver o problema. Qual seria, a senhora imagina? Bom, Vitória da Conquista, lá tem Feira do Rolo, lá é rota e ponto de ponto de captura. Como é que nós poderíamos fazer para realmente acabar com aquilo ali, ou pelo menos controlar de maneira mais efetiva aquilo?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Olha, a Feira do Rolo foi acabada já, praticamente extinta, porque na época implementamos um tipo de ação diferente porque descobrimos que aquelas ações empreendidas naquele local para aquele fato não estavam dando o resultado esperado, seria o caso. Aí, começamos a



aplicar outro tipo de ação e essa deu certo e acabamos com a Feira do Rolo, a feira chamada de passarinhos, que existia na Feira do Rolo, em Vitória da Conquista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E qual a ação?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Bom, nós achamos que estávamos chegando depois dos traficantes, depois dos comerciantes de pássaros e, na maioria das vezes, quase todas as vezes que chegávamos, já constatávamos que grande parte dos animais já haviam sido comercializados. Então nós conversávamos muito sobre isso e chegamos à conclusão que deveríamos chegar antes do comerciante. Então íamos para a feira, sábado e domingo, seis horas da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Antes do negócio ser fechado?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, antes da chegada deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dos animais.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Dos comerciantes que traziam os animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Aí, isso deu resultado e acabou com eles e com o comércio também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até hoje?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Bom, eu não estou mais lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora está onde agora?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Em Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, a senhora falou que está na sede. Em Vitória da Conquista sumiram ATPFs, a senhora soube?



A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Soube, só complementando por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois não.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Soube que tem havido assim algum caso, um ou outro caso atualmente, mas não como antes acontecia, que eram quantidades exorbitantes de animais vendidos em feiras livres na cidade de Vitória da Conquista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Passariformes ou os chamados de bico torto?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Bico-de-lacre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bico-de-lacre.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Tem o sabiá-bico-de-osso e tem um outro espécime da fauna silvestre que é conhecido como bico-de-lacre. Todos os tipos de animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas lá não tem arara...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, raramente acontecia a venda de araras. A chegada de araras era uma raridade porque fica muito distante do local de captura das araras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque a Bahia é imensa, impressionante. Se captura arara na Bahia e é muito longe para chegar lá.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Posso falar um dado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode, lógico, a senhora está aqui para realmente falar o que sabe, o que lembra, o que é importante.



A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – O Estado da Bahia tem uma área de 567.295 mil quilômetros quadrados, é o maior Estado do Nordeste. Uma população atual de mais ou menos 13, 7 milhões de habitantes, 8% do Brasil, o que equivale a 28% da população de todo o Nordeste. Temos 417 Municípios, a extensão de rede rodoviária é de 124.713,1 quilômetros no total da malha rodoviária. Dessa rede rodoviária, temos 19.897,1 quilômetros que são estradas estaduais; 100 mil quilômetros municipais e 4,816 quilômetros de estradas federais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É grande, é grande.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Quarenta por cento dessas estradas estão em situação ruim ou péssima. Trinta e nove por cento em situação regular e vinte e um por cento em situação considerada boa. Ótima, zero. Manguezais: nós temos 200 mil hectares de manguezais. Temos um litoral de 1.200 quilômetros; do outro lado do litoral temos aproximadamente 1.250 quilômetros de extensão da Bacia do São Francisco. Propriedades rurais: temos aproximadamente 851 propriedades rurais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Oitocentos e cinquenta e uma?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Oitocentos e cinquenta e uma mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, 851 mil.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Dessas 851 mil para esses....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que é muito pouco, não, para 13 milhões de habitantes?



A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Exato. Para esses 851 mil quilômetros de propriedades rurais, temos 242 servidores no IBAMA do Estado da Bahia, já contando com os atuais concursados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Já contando. Bom, esses dados a senhora buscou no IBGE?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Sim, alguns do IBGE, outros do IBAMA mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Outros, no próprio IBAMA, não é?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Nós temos para essas propriedades rurais, que temos obrigatoriedade de visitá-las, fiscalizá-las, etc e tal, vistorias, se nós fôssemos visitar, aí teríamos, para 242 servidores, um servidor para cada 3.520 propriedades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que daria dez anos.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Mais ou menos dez anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dez anos.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – ...se visitássemos... um servidor visitasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dez anos, sem sábado e sem domingo.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – ...sem sábado, sem domingo, sem férias, visitasse uma propriedade por dia. Como nós temos apenas 67 fiscais, o fiscal aposentaria e não daria tempo para fiscalizar todas as propriedades destinadas a ele. Ele teria que fiscalizar 12.701 propriedades.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E são propriedades grandes, não é, pelo jeito?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Algumas; outras, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, deixa eu lhe fazer algumas perguntas. Lá em Conquista já sumiram ATPFs? A senhora tem conhecimento ou não?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Tenho, foi já quando eu tinha saído, mas tenho conhecimento porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sumiram ATPFs.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não sumiram, foram roubadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Roubadas? Quantas ATPFs? A senhora sabe?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não me lembro estimado assim, eu tenho anotado lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas é pouca? É muita? É mais ou menos?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, foram roubadas uma grande parte das ATPFs de lá, senão todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Todas as ATPFs estavam lá em depósitos?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Estavam, o ladrão entrou pelo teto da casa, porque todas as portas e janelas são gradeadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entrou pelo teto e levou...



A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Entrou direto na sala onde as ATPFs eram guardadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quais foram as providências? A senhora sabe?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Nós abrimos um inquérito administrativo, um processo administrativo e encaminhamos a notícia para ser investigada pela Polícia Federal. Posteriormente, foi encontrada parte delas no Estado da São Paulo e eu trouxe aqui o documento comprovando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu gostaria de ter acesso a esse documento, porque é muito interessante: some e apreensão das ATPFs no Estado de São Paulo. Essa informação...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, foram encontradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foram encontradas no Estado da São Paulo. Essa afirmação não foi feita, ou foi negada à CPI, durante algum tempo. Nós sabíamos que tinha sido, mas...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, como é o nome do atual chefe do escritório regional do IBAMA lá no... É Renato? É?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Ariosvaldo Antunes da Luz. De Vitória da Conquista?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ariovaldo Antunes...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, do..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, do regional da Bahia.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Ah, José Guilherme da Mota. É o gerente executivo.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – José Guilherme... *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele mesmo negou, que não sabia, não foi de lá.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Aqui consta um memorando seu...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não sabia se tinha sido encontrado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não conta, não. Não consta, não. Ele não falou.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Dra. Marluce, aqui consta um memorando seu do dia 14 de junho de 2002, comunicando o roubo de armas e de ATPFs no escritório regional de Vitória da Conquista, na noite do dia 4 para o dia 5 de junho de 2002. Aí a Federal tomou as providências, não é? Mas a senhora tem notícias de a ATPFs da Bahia circulando no Estado do Pará?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não entendi. Da Bahia para onde?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – No Estado do Pará, dessas roubadas?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, não tenho notícia. A única coisa notícias que eu posso afirmar que tive, e tenho, é esse documento aqui que comprova que foram encontradas no Estado de São Paulo. Logo após o roubo dessas ATPFs, destinei uma fiscalização para a fronteira do Estado da Bahia e Minas, ao longo da fronteira, desde Encruzilhada até Guanambi e Urandi, por ali, e descemos até Montes Claros com a fiscalização para ver se havia alguma notícias com relação a essas ATPFs roubadas. Daí nós estendemos essa notícias a todo o



Estado de Minas Gerais e São Paulo. Até que um dia a Polícia Rodoviária de São Paulo me telefonou, falando que tinha encontrado, que eu confirmasse a numeração se seriam aquelas que eu estava procurando.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu tenho a impressão que deve ter havido um roubo maior do que esse que consta aqui. Ou, então, como o clone está na moda, devem ter sido clonadas, porque lá no Pará, na minha região, no sul do Pará, estavam sendo vendidas por caminhoneiros ATPFs da Bahia. Eu presumo...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – E a numeração coincide com essas que foram roubadas?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu não, eu não...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Porque nós temos essa numeração.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...não tinha esses dados aqui.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não necessariamente poderiam ser essas objeto de roubo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas a Polícia Federal lá de Marabá deve ter, Sr. Presidente. Seria oportuno saber, porque houve vários caminhoneiros que foram chamados à Polícia Federal e ao escritório do IBAMA de Marabá para prestar esclarecimentos sobre essas ATPFs roubados na Bahia e que estavam circulando e acobertando mercadorias lá no sul do Pará, madeiras.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – É, uma vez eu tive notícia que ATPFs foram roubadas em Teixeira de Freitas, no escritório de Teixeira de Freitas. Faz bastante tempo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, virou uma farra.



A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não só lá, noutros Estados. Recebemos recentemente notícias de que ATPFs foram desviadas noutros Estados também. Eu tenho lá.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas tivemos notícia também de que o IBAMA estava extinguindo esse sistema de ATPFs e substituindo por selos. É verdade isso?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – É, eu ouvi falar isso, ainda não tenho certeza do que está acontecendo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas não foi implementado?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não foi oficialmente passado para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nem tem data para iniciar, Deputado. Eles estão em estudos ainda.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Está em fase de estudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Dr. Rômulo no seu depoimento, foi um dos primeiros depoimentos à CPI, disse que está em fase de estudo, ou seja, está valendo tudo.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – É, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Todas aquelas ATPFs que sumiram no escritório de Vitória da Conquista têm plena validade em todo o território nacional hoje e vão valer até 2000 e alguma coisa.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, o que é pior que já tem clonadas, ATPFs clonadas lá no Pará. Procedência, com todo o respeito, da Bahia. Agora, concordo com a senhora também em parte.



A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Na Bahia também se acha, a gente já vê em outros Estados.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Em parte, não; gênero, número e grau no que tange à deficiência e insuficiência do IBAMA para atender à demanda.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Ainda vou falar da eficiência.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu creio que aí há um erro que não é só do IBAMA, que não é só do Governo Federal, é também dos Estados, porque os Estados são co-responsáveis. A legislação hoje é concorrente. Em nossa legislação hoje, tanto o Estado pode legislar quanto a União sobre meio ambiente. E a nossa Constituição é clara: a União legisla apenas normas gerais, as especificidades deveriam constar da legislação estadual. Infelizmente a maioria dos Estados ainda não quis legislar para assumir essa responsabilidade. E aí, se não houver esta parceria entre União, Estados e Municípios, não tem IBAMA que dê jeito. De boas intenções o inferno está cheio; de bem intencionados está cheio o inferno.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Para 242 fiscais...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, o que acontece: está todo mundo bem intencionado, mas não adianta que é humanamente impossível coibir isso tudo, sobretudo quando não houve um trabalho prévio, preventivo. Quando se legislou, caberia ao IBAMA, aos Estados e Municípios uma ampla divulgação da legislação. O caboclo lá no meu sertão, no meu interior, não sabe coisa nenhuma, não sabe que é crime ele passarinhar, não sabe coisa nenhuma. Aquilo é uma cultura da região. Então, eu acho que realmente a CPI tem que jogar pesado, Presidente. Eu talvez tenha sido um pouco cáustico no meu sub-relatório mas é



aquilo que eu sinto no dia-a-dia da minha região. E precisa realmente haver a tomada de posição, inclusive para acabar com a intervenção da União nos Estados, porque hoje em dia um simples decreto do Presidente da República transforma milhões de hectares de terra numa área de conservação, sem o Estado de origem ser ouvido, sem a comunidade ter discutido o problema e não recebe indenização ou compensação por coisíssima nenhuma. Uma portaria da Presidência da FUNAI cria áreas indígenas de milhões de hectares, despojando o território dos Estados e afrontando a Federação, afinal de contas nós vivemos num regime federativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Princípio federativo. É isso aí. Ferindo de morte o regime federativo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Creio que esta decisão é importante. Daí as sugestões que eu fiz da PEC, porque, no art. 20, quando inclui entre os bens da União as terras indispensáveis à preservação ambiental, é uma questão subjetiva, ampla, genérica. O que são terras indispensáveis à preservação ambiental? Depende do que se passa na cabeça e na concepção de cada cidadão. Ou se cria uma lei complementar, enumerando o que é até impensável e é humanamente impossível, porque varia de região pra região, as peculiaridades deste País. É um Brasil de tantos brasis. Então, Presidente, gostaria que o Relator estivesse presente para ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ele estará.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ... ou que lesse as notas taquigráficas, porque, ou esta Comissão vai apresentar um relatório forte, incisivo, pesado, ou não vai apresentar nenhum.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Nem forte, nem incisivo, nem pesado; a verdade. Mostrar para o Brasil a verdade. Não é necessário exagerar, como a gente fala. É só descrever.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Exatamente. Porque, pra mais uma vez fazer o feijão com arroz e manter as aparências.

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Acho que temos que mostrar a realidade.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu não gosto de manter aparência. Nem em casa, no casamento, não mantenho aparência. Quando não dá certo, eu largo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas por que o senhor não faz? O senhor larga?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Largo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quantas mulheres o senhor teve?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Não, isso é problema pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas me conta, porque perderam a conta na décima primeira.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Mas não dá certo. Nós vamos ter que jogar duro, mostrar ao novo Governo que é preciso adotar medidas institucionais fortes, e não só no texto da lei, que vira letra morta. É dando condições a que se executem as leis. Nossa legislação já é boa. Com algumas corrigendas fica ótima. Agora, precisamos ter condições de cumprir a lei, porque coitados dos funcionários do IBAMA. São os sofrem lá na ponta as conseqüências. São



chamados de omissos, desidiosos, isso e aquilo, aquilo outro. Mas é como ela disse: quantas propriedades um fiscal teria que fiscalizar? É humanamente impossível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Só com a recomendação da retirada das notas taquigráficas tanto do comentário do Deputado sobre quando ele coloca dos casamentos, porque senão mulher nenhuma vai querer ficar com ele, nem o meu comentário infeliz feito depois. A senhora conhece o Seu Mário Cavalheiros?

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Fala um pouquinho dele. Quem é essa pessoa?

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Ele é um servidor do IBAMA. Ele tinha a função de motorista. Agora, com a reforma, ele passou a técnico administrativo, e veio transferido do Pará para o IBAMA-Bahia, lotado no escritório regional de Vitória da Conquista a pedido dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sei. A senhora acha que ele "caiu pra cima", foi isso? "Caiu pra cima" na medida que, de motorista, ele passou para...

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Não sei precisar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Essa reclassificação seria como um prêmio? É isso que eu estou querendo falar. É prêmio ou seria automático?

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Não, isso foi da própria reforma, instituído pela própria reforma. Eu não poderia avaliar isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ele está com processo administrativo? A senhora sabe? Sofrendo algum processo administrativo?

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não sabe. Existem rumores? E a senhora tem conhecimento se existem rumores se o seu Mário Cavalheiros participou do sumiço das ATPFs? Se ele está sendo investigado ou foi investigado?

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Não. Não ouvi falar nada assim, precisamente, sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Porque quando a senhora soube do problema da ATPF, foi a Polícia que lhe fez a consulta, não é?

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Não diretamente. Foi o chefe do escritório, que a Polícia Rodoviária já teria feito a consulta a eles. O chefe do escritório do IBAMA em São Paulo. E posteriormente nós falamos por telefone; quer dizer, nós, eu e a Polícia Rodoviária Federal de São Paulo, sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sobre esse assunto.

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Falamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso. A senhora participou, a senhora estava no plenário no depoimento do Sr. José Anchieta...

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... e lembra do que a gente está colocando da questão dos animais. Existem casas de exportações de animais, na Bahia?

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Casa de exportação de animais? Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não? De importação, *pet shop* tem, não é? Vende exóticos...

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - *Pet shop* tem muitos. Casas que vendem animais, lá os *pet shops* têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Após as apreensões dos animais na Bahia, nós temos encontrado esses animais — e a própria CPI encontrou — no Sul e Sudeste do País. Por exemplo, eu posso falar para senhora de um pássaro que tem no sul da Bahia e que a CPI, com uma operação junto com o IBAMA, promovida pela CPI através da Internet...

A SRA MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Eu ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... encontramos no Rio Grande do Sul. Como é que chega? Como é que isso acontece?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, só pra colaborar mais ainda com o seu raciocínio. Nós detectamos também lá na Bahia uma, digamos assim, quase que uma parceria entre artesanato e tráfico de animais.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – É. Eu estava lá na platéia...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Que tipo de relacionamento a senhora... (*Falha na gravação.*)

(Não identificado) – Então, em duas...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – ...normalmente, esses animais são transportados da Bahia, para o Sul e até para o exterior como produtos de artesanato. Entendeu? Então, onde está essa correlação aí?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Bom, eu acredito que eles se aproveitem da carga o tipo de carga, e esse tipo de carga, o artesanato naquela



região de Cipó, Ribeira do Pombal... Eu estava lá na platéia da CPI na Bahia, lá em Salvador, eu estava na platéia e todos eles ali eu conheço bem o que fazem ou o que fizeram os depoentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu gostei dessa sua afirmação.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Eles...alguns deles são...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Então, eu tenho alguns, entre aspas, “ex-trafficantes”, eu esqueço os nomes, mas eu gostaria de perguntar: aqueles que se intitularam ex e que até se dizem hoje colaboradores e que mantêm ainda um estreito relacionamento com o Sr. Charles Munn, eles são ex mesmos ou continuam traficando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Carlinhos das Araras, Zelito...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Isso.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Bom, eles é que dizem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Viraram artesãos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E o IBAMA, o que diz?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Bom, da minha parte, porque eu trabalho muito mais especificamente no combate ao tráfico de animais, eu diria que, no ano passado, por exemplo, nenhum daqueles foi flagrado no tráfico de animais. A última apreensão que nós fizemos e que poderia relacionar com aqueles ou com um daqueles que estava lá foi em 2001, quando apreendemos o maior número de animais que serviriam ao tráfico em todo o Brasil, que foi 2.136 animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Numa partida só?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Num momento só. Estavam sendo conduzidos num caminhão-baú, e nós temos uma parceria muito boa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí apareceu o Carlinhos das Araras, dos Passarinhos, aliás, Carlinhos dos Passarinhos?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Zelito?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, não. Quem estava transportando era uma senhora que ela foi chamada, mas ela não compareceu. Deusari Reis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa senhora, nós a chamamos novamente. A Deusari é talvez a principal...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – O marido dela se chama José Santana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eles são os principais... Deputado, em São Paulo, ficou bastante claro que a Dona Deusari é a principal fornecedora para o Estado de São Paulo desse tipo de animais. Inclusive, o Sr. Panda, que é o genro dela ou ex-marido dela, sei lá qual é a colocação.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Tem um parentesco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem um parentesco, inclusive, o irmão dela é Vereador, o irmão desse Panda é Vereador, também já preso várias vezes pelo IBAMA pela questão de tráfico de animais. A senhora pode fazer seus comentários finais, porque temos outras pessoas a escutar e já lhe agradecemos antecipadamente pela presença.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Bom, como eu falei, o Estado da Bahia tem apenas 242 servidores do IBAMA. Gostaria de relacionar agora os problemas ambientais que nós temos que enfrentar e buscar soluções para todos



eles: pesca com o uso de explosivos em águas marinhas e interiores; utilização de apetrechos de pesca de arrasta em áreas protegidas; risco de desertificação nas regiões sudoeste e oeste por motivo de fabricação de carvão e expansão da fronteira agrícola respectivamente; comércio, caça, captura e tráfico de animais silvestres praticamente em todo o Estado; garimpo desordenado e colheita de plantas ornamentais na Chapada Diamantina; degradação dos recursos naturais na zona costeira provocada pela especulação e extração de areia e barro; ecoturismo desordenado na região sul da Bahia, especialmente, em Porto Seguro, Chapada Diamantina, litoral norte e outros; incêndios florestais, principalmente, em áreas de unidades de conservação; agricultura irrigada nas margens do Rio São Francisco; devastação das matas ciliares e assoreamento dos cursos d'água; degradação das unidades de conservação; comprometimento do lençol freático com agrotóxico e resíduos industriais e esgotos domésticos; degradação do patrimônio espeleológico; desrespeito às defesas da pesca; pesca ilegal por embarcações de outros Estados, além do grave problema da expansão urbana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado. A senhora pode deixar aqui com a CPI. Esse documento também pode ficar, não pode? Essa cópia da apreensão das ATPFs? Nós vamos solicitar, tanto eu quanto o Deputado Asdrubal Bentes, um ofício-recomendação ao IBAMA para que transforme sem valor qualquer ATPF emitida na Bahia nos últimos 3 anos, a partir do momento do roubo, para que todas elas sejam passadas novamente por averiguações; qualquer ATPF emitida pela Bahia, que passe em barreiras estaduais. Que seja a carga reexaminada, que fique parada até o momento do reexame das ATPFs, como é conhecida, e com a numeração daquelas que foram roubadas ou não.



A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – O senhor se refere ao roubo de Vitória da Conquista?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De Vitória da Conquista. Quero lhe agradecer muito...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Acho que não só de Vitória de Conquista, se existir outro roubo em outro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na Bahia.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Generalizou-se, então. Nós temos de ter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas elas estão valendo ainda; faz tempo, mas elas estão valendo ainda. Faz tempo, mas estão valendo ainda.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Temos de ter o zelo de estender não só de Vitória da Conquista, mas às que procederem da Bahia.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – A Bahia é apenas um exemplo, porque temos notícia de que têm acontecido roubos, extravios e desvios de ATPFs em quase todos os Estados, a exemplo do Pará, Mato Grosso etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas esse foi o maior e é por isso que eu acho que podemos começar por aí. Acho que uma forma de resolver, até para avançar, Deputado Asdrubal, para que se acelere essa questão da ATPF, da mudança, acabar com essa malfadada ATPF.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Acho que vamos ter de propor exatamente a mudança desse sistema para um que seja mais seguro, porque esses aí são muito falhos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com certeza. E, como o senhor falou, a realidade é essa.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Me permita apontar um grave erro na ATPF?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com certeza.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Nós recebemos madeira cerrada do Pará, guiadas, dito guiadas por ATPFs do Pará. Ela entra no Estado guiada por uma ATPF do Pará para uma determinada madeireira. Essa madeireira vende, tem o direito de vender aquela madeira para qualquer pessoa física ou jurídica que também, se vendida, para pessoas físicas ou jurídicas, será guiada por ATPF já da Bahia. Nessa ATPF saída da Bahia, não existe nenhum campo que indique...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Origem, origem.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – ...que aquela madeira veio do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E qual madeireira que trouxe.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Então, a partir daí, existe uma grande dúvida e tem gerado muitos comentários maldosos de que estaríamos emitindo ATPFs para conduzir madeira oriunda, por exemplo, da Mata Atlântica, o que não é verdade. Nós estamos entregando ATPFs, eu é que assino o controle das ATPFs e posso lhe afirmar: não saiu nenhuma ATPF para conduzir madeira nativa da Mata Atlântica, por exemplo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Dá licença, doutora, mas a senhora pode ser vítima também lá no fim, sabe por quê?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS - Porque não existe no campo nenhuma origem.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não. Porque, quando chega para a senhora o processo, os departamentos técnicos é que vão lhe informar o processamento.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Passa. Quando chega para mim já todas as informações.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – A senhora vai só expedir a ATPF.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Somente a expedição da ATPF.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Autorizo a expedição de ATPF.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E, no caminho, se essas informações forem distorcidas, a verdade for...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Quem informou tem de assinar, tem de assumir, porque eles assinam do lado que informou.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sim, eles assinam, mas o objetivo é conseguir a ATPF. Quando chega na senhora, a senhora não vai analisar os atos praticados pelos seus companheiros.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Muitas vezes eu peço a reavaliação daquele setor.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Entendeu onde eu quero chegar?

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Entendi e eu peço a reavaliação. Por exemplo, se chega para mim e eu não considero que aquela madeira, aquela declaração do estoque de madeira existente no pátio é condizente com o anterior,



eu peço que ele comprove imediatamente a origem da madeira através de documentos legais.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas isso é exceção. A regra geral é o inverso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Marluce, lá em Eunápolis...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, eu faço isso com todos os pedidos, praticamente, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Marluce, lá em Eunápolis, nós nos defrontamos com a seguinte realidade: uma ATPF assinada, da Bahia, por funcionário da Bahia, na CPI tem até essa ATPF, para uma empresa dizendo que existiam madeiras provenientes da Mata Atlântica, sim, no pátio de determinada madeireira, na rua... lembra?... Rua... Bem, eu, pessoalmente, junto com dois componentes, dois auxiliares da CPI, estive nessa madeireira. Nós encontramos lá, D. Marluce, um pátio imenso, porque não tinha nada, era um pasto, no endereço indicado na ATPF era um pasto. A madeireira não existe. O senhor entendeu, Deputado? A madeireira não existe.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Ele deu endereço da zona rural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, deu endereço, não era zona rural, era zona urbana, nós estivemos lá, em Eunápolis, próximo de onde nós estamos colhendo depoimento, inclusive, isso no dia anterior. Enquanto a CPI estava investigando indícios específicos em Porto Seguro, eu e dois auxiliares, dois... Vila Santa Isabel, próximo a Eunápolis, é um bairro de Eunápolis — até tive essa curiosidade de saber se ali era considerado área rural, disseram que não —, e a madeireira não existe, era um pasto imenso, não é pasto, é um terreno baldio,



vamos chamar assim, um grande terreno baldio sem nenhuma construção e nem marca de construção anterior. E estava escrito lá, “no pátio”, quando a senhora colocou a questão do pátio, “no pátio tem tanto isso de madeira de mata atlântica”, inclusive, apurando a denúncia de uma ONG feita lá em Salvador. Madeireira Fafá, essa eu posso esquecer, mas com certeza os nossos colaboradores, não. Então, nós fizemos essa pesquisa anterior, fomos até lá, eu fui pessoalmente; não tem nada.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não tinha nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não tem.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – O ideal para esse caso, esse e outros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, eu acho que só denota...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS - ...seria o seguinte: quando a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...a falência...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – ...da ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...do sistema ATPF. Isso tem de acabar, Deputado, tem de acabar. Se não se acabar com esse sistema ATPF... E temos de começar. Acho que a Bahia, como foi muito, a Bahia, como é um Estado tal como o Rio de Janeiro, que repercute, acho que nós precisamos sugerir, explicar, sensibilizar o Presidente do IBAMA para ver se sai uma portaria, uma famosa portaria dessa para que as ATPFs sejam simplesmente reavaliadas. Parem os carros, enquanto não se reavaliar de onde vem essa ATPF, de onde não veio, porque eles vão adiante. Porque não pode! A ATPF da Bahia é de madeireira que não existe, gente! Não pode! Não pode!



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Por isso estou pedindo, nas minhas conclusões, dada a exigüidade do tempo, muito curto, o problema é gravíssimo, é muito profundo. Então, nós poderemos iniciar a próxima Legislatura com a abertura de uma nova CPI, do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A CPI das ATPFs e dos Artesãos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Do IBAMA, é mais longa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do IBAMA e dos Artesãos, não se esqueça de colocar os artesãos, Deputado. D. Marluce, muito obrigado, então, por sua colaboração, pelo seu deslocamento também, eu sei das dificuldades naturais desses deslocamentos. Uma recomendação: se a senhora vir que as perguntas feitas não englobaram todos os aspectos importantes e quiser complementar, a senhora faça, por favor, por escrito e nos encaminhe até quinta-feira. Se a senhora vier a saber de algum outro fato importante e direcionado especificamente para o motivo que esta CPI foi criada, por favor, entre em contato também. O nosso Secretário, Manoel, vai passar todos os telefones, *e-mails* essas coisas todas para a senhora.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Prometo que o farei. Mas, só para complementar rapidinho, não vou tomar mais o tempo, sei que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora não está tomando tempo, não, fique tranqüila.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS - ...está exíguo o tempo, reconheço. É que o Dr. Anchieta falou sobre centros de animais, e acho que foi o Deputado Asdrubal que falou sobre a criação de mais centros de triagem de animais silvestres



para a recepção desses animais apreendidos pelo IBAMA. Gostaria de deixar registrado que o Estado da Bahia só possui dois, não são de propriedade do IBAMA. E gostaria de lembrar que a criação de centros de triagem de animais silvestres para serem mantidos pelo IBAMA é grave, porque o IBAMA não tem sustentabilidade para outros setores que já estão em atuação, imagine aqueles que vierem a ser criados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A questão da redefinição do papel do IBAMA. É isso que ela está colocando, a redefinição. Nós vimos isso lá no Amazonas, o IBAMA sendo responsável também por fomento.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas eu acho que o IBAMA, tal qual o Governo, em tese, não deve ser o executor. Acho que essas atividades devem ser coordenadas, fiscalizadas, orientadas pelo IBAMA. Agora, tem de estimular a que os particulares criem essa consciência e possam fazer na prática. Porque, do contrário, precisaria de uma superestrutura para o IBAMA, e não acontece.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – E o gasto com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O IBAMA foi criado para duas atividades fins: fiscalização e quando você dá licenciamento.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Licenciamento e fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fiscalização e licenciamento. Hoje, o IBAMA até fomento faz, lá no Pará, lá no Amazonas, até fomento faz. Quer dizer, esses desvios de função... É necessário, inclusive, a redefinição. Eu acho que é passando por aí. Em vez de nós “Não, não pode...”, deve-se redefinir o papel que o IBAMA tem de ter, até para evitar que isso continue acontecendo. Por exemplo, a



senhora de uma universidade tendo de trabalhar no IBAMA por falta de critérios, inclusive na questão de concursos, essa coisa toda. O que é muito bom...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Não, não, eu não fui para o IBAMA por isso não. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei, mas é isso que a gente gostaria de evitar, que a senhora permanecesse ou então tivesse a oportunidade de vir a entrar no IBAMA de maneira mais efetiva, tendo sua função. Porque a senhora, pelo que a gente está colocando, já fez muita coisa, já foi de uma porção de áreas do IBAMA. O ideal...

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS - É necessário que se passe por outras áreas para conhecer o IBAMA como é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É verdade. Fico imaginando um fiscal de peixe, por exemplo, que vai fazer a fiscalização dessa questão de peixe, quantos anos ele demora para aprender o que é, como fiscaliza. Fico imaginando a questão da madeira também. Para mim e para muito fiscal do IBAMA, garanto à senhora, cedro e mogno são a mesma coisa. Não tem muita diferença. Garanto que o pessoal do Paraná, do Rio Grande, o pessoal que não é do Norte ou Nordeste tem dificuldade de identificação.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – É, para se trabalhar tem de se conhecer, para se conhecer devemos estudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é, é isso mesmo. É isso que a gente tem que buscar, a especialização.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – É, devemos estudar; capacitação e treinamento são importantes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, então, D. Marluce. Nós queremos só, então, contar com sua colaboração. Se a senhora souber de alguma coisa, por favor, se dirija... o funcionário secretário da CPI, o Sr. Manoel, vai passar para a senhora todos os dados.

A SRA. MARLUCE VIEIRA CAMPOS – Tudo bem. Eu estarei às ordens lá em Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Chamando já o Sr. Gerson Salviano Campos, Prefeito da cidade de Porto de Moz. Sr. Gerson Salviano Campos, o senhor é Prefeito de Porto de Moz, é isso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Porto de Moz, no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porto de Moz, no Estado do Pará. Porto de Moz é uma cidade que deu muitos votos ao Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Infelizmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas dará, então, não é Deputado? Dará. Reconhecerá, com certeza.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Mas tem um respeito muito grande pela atuação do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É um senhor Deputado.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Com certeza absoluta, o Estado tem orgulho de tê-lo como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe que nós aqui debatemos muito, a atividade é de debate, mas alguns dos debates mais duros que tive foi com o Deputado Asdrubal Bentes, alguns dos mais duros, mais difíceis,



porque ele é muito preparado, e fica difícil, tem de ter uma atenção danada no que ele fala. Agora, o senhor sabe por que foi convidado para estar aqui na CPI, Prefeito?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Nós tomamos conhecimento através do ofício que chegou para a gente nos convidando para vir aqui como informante. E estamos aqui para informar tudo aquilo que soubermos e tivermos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe, Prefeito, que seu nome apareceu aqui algumas vezes, e é bom a gente ser direito. Vamos direto ao assunto, curto e grosso. Seu nome foi ventilado várias vezes na CPI, em alguns depoimentos, inclusive, depoimentos secretos, que colocavam o senhor como dono de uma madeireira. É verdade, Prefeito?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Verdadeiramente, a madeireira, ela pertence a minha família, a meus irmãos, a minha filha. Há mais de seis anos, quando ingressei na vida pública, eu me afastei da atividade madeireira, assumindo a minha família. Por estar ligado com minha família, atribuo assim que possa existir a tentativa de incluir meu nome aí, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tentativa, não; incluíram mesmo. Agora, deixe-me falar: é seu irmão que toma conta agora da madeireira?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como é o nome dele?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – O gerente administrativo é Rivaldo Salviano Campos. Ele é o gerente da madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor é sócio?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ex-sócio?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Não. Eu fui sócio em uma outra madeireira que está com atividade paralisada desde 1995, se não me falta a memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por que está paralisada, Prefeito?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Tivemos algumas dificuldades financeiras no momento e, por eu estar ingressando na vida pública, a gente não levou adiante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor é Prefeito pela segunda vez?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Pela segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa é uma coisa boa. Quando é reeleito, é sinal de que o trabalho é bom. Prefeito, a madeireira da sua família serra mogno?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor compra mogno?

(Pausa.) O senhor compra mogno?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não, eu não compro mogno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca comprou?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Eu...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sua madeira antiga lidava com mogno?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca? Qual a madeira que se usa?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – A madeira mais industrializada lá são as quarubas, angelim vermelho, quando eu estava na atividade, e, muitas vezes, a gente, conversando lá com os irmãos, e ao ver também o movimento também lá, quarubas, argelim vermelho, argelim de várias espécies.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – As fragrâncias que chamam, as essências que chamam.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Isso. Basicamente, a mais voltada para essa... alguma coisa de jatobá... Basicamente, isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem algum processo, Prefeito, do IBAMA movendo contra o senhor ou seu irmão...

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Que eu tenha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...na questão de uma madeira que seria... Primeiro, se o senhor tem. O senhor tem?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não, do meu conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu irmão tem?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – O meu irmão, se teve algum problema lá, não posso detalhar qual, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas teve? Corte de madeira? Exploração de madeira? Deve ser, não é? Madeira!... Deve ser, não é?



O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor nem sua ex-madeira têm? O senhor foi sócio... O IBAMA nunca lhe multou, nunca lhe...

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Não, eh...acredito que, em noventa..., em 2001, se não me falta a memória, houve uma notificação em meu nome que... por... por... por uma queimada que houve lá. O vizinho, nosso vizinho lá de fazenda, eh..., houve incêndio lá na fazenda dele, e, da fazenda dele, ela saltou para a nossa. Por conta dessa queimada, houve uma multa, em primeiro momento, atribuída a mim, que chegou pelos Correios, ela não foi direta, ela chegou pelos Correios. Como a área não é de minha propriedade, nós repassamos para o departamento jurídico, que apresentou a defesa, e estamos aguardando pelo resultado da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece... Lá em Porto de Moz tem algum funcionário do IBAMA?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem um escritório lá, não tem?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem um escritório lá em Porto de Moz?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Não, não. Apesar de a gente já ter enviado ofício para o IBAMA reivindicando, inclusive oferecendo parceria para instalação de um posto do órgão no Município, não tivemos resultado positivo ainda. Agora, ultimamente, nós reiteramos o ofício...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E por que o senhor pediu? Lá acontece muito a exploração irregular de madeira naquela região?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Eu não posso lhe afirmar se irregular. Acontece uma extração forte lá no Município, mas como o Município não tem a competência da fiscalização...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode falar.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, depois eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado, V.Exa. manda em mim. V.Exa. sabe disso. V.Exa. manda nessa CPI. O que é isso? O senhor pode continuar.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – ...não tem a competência da fiscalização, a gente sempre informa o IBAMA e busca parceria para que a gente possa fiscalizar. A dificuldade, já colocada aqui por algumas pessoas que me anteciparam, eu acredito que essas dificuldades, elas também estão no Pará, visivelmente, e a ausência do órgão lá... Ela... ela é bastante grande. Isso nos preocupa também, porque, na verdade, a extração de madeira no Município, ela é grande; agora, nós não sabemos, porque a gerência não é do Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Prefeito, o seu Município está na jurisdição de que escritório regional?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Era Altamira, há alguns meses passou para Santarém.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Dista quantos quilômetros de Santarém?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Em torno de 400 quilômetros em linha reta.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Em linha reta. Vias de acesso para Santarém?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - A barco, dois dias.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, esse detalhe é importante.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Dois dias de barco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Dois dias de barco.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Veja, o IBAMA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que está a dois dias de barco...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...estabeleceu que o escritório regional de Santarém responde pelo Município também de Porto de Moz, aliás de quase toda aquela região. Ora, Porto de Moz são 400 quilômetros, dois dias de barco; única via de acesso é o avião. Tirando Porto de Moz, existem outros Municípios do meu Estado, não só naquela região, como no sul do Pará na mesma situação, ou seja, a ausência do órgão! O elemento para conseguir uma licença para desmatamento, um colono, por exemplo, vai ter de se deslocar de Porto de Moz a Santarém, dois dias de viagem de barco para ir, dois para voltar, esperar quantos dias lá por essa licença ambiental!... Então, vejam bem, novamente volta aquela história da redefinição do IBAMA, porque nós não podemos... Acho que eles vão ter



de estabelecer parceria com os Municípios, para que os Municípios exerçam esse papel. A legislação permite, sim, que isso ocorra, porque, do contrário, vamos fabricar cada dia mais vilões, cada dia mais infratores. É impossível cumprir essa legislação, se o próprio órgão encarregado de conceder a licença não está presente no Município, e, como a atividade econômica é aquela da região, o cidadão vira infrator pela ausência do órgão. É desse detalhe que estou batendo em cima, porque, em tese, o IBAMA está bem estruturado, mas, na prática, não. E volto a insistir: os Estados têm de assumir o seu papel e os Municípios também, Prefeito, porque também os Municípios podem legislar. De acordo com a nova Constituição, a legislação hoje é concorrente: a União estabelece as normas gerais, o Estado, as especificidades e o Município pode suplementar. Então, creio que é por aí o caminho, se quisermos chegar ao ponto de proteger o meio ambiente, porque, do contrário, não vai ter quem proteja! Não vai ter quem proteja!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Prefeito, houve um incidente na sua cidade envolvendo uma jornalista e o senhor. O senhor lembra desse incidente?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Lembro, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Esse incidente gerou matéria que passou uma imagem muito negativa do senhor e do seu Município, na medida em que ela foi praticamente agredida. Ela estava investigando a questão de exploração. Como o senhor mesmo colocou, existe muita exploração no Pará, acredito que na sua região também. Parece-me que Porto de Moz é um entroncamento importante, passagem de rio e tudo o mais, porque lá é de barco, igual ao Amazonas, e parece que o Porto de Moz... Eu vi a fita, Prefeito. Eu vi a fita



desse quase linchamento dessa jornalista. O senhor pode descrever nas suas palavras? A CPI tem essa fita. Quer dizer, temos a posição da jornalista. Agora, o senhor pode descrever, nas suas palavras, o que, no seu ponto de vista, aconteceu?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Com todo o respeito que nós temos à Imprensa, que a Imprensa, ela, com certeza, ela é um órgão, são os órgãos, é o órgão que divulga as coisas positivas e as negativas, eu quero falar aqui, perante a todos os senhores, Sr. Presidente: lamentavelmente, a repórter, ela tenta denegrir minha imagem não falando a verdade. É verdade que aconteceu o episódio, houve o início desse conflito lá na cidade...no Município, se transferindo para a cidade, e... Mas nós não estamos coniventes da situação, ao contrário. Nós chegamos, eu e a polícia, chegamos para dar proteção para eles, porque nós tomamos conhecimento, o povo ficou com os ânimos alterados lá pela... pelo trancamento do rio, trancaram o rio lá, só não houve óbito, porque houve alguma sensibilidade lá, mas o povo ficou totalmente com os ânimos alterados pela forma do movimento. O movimento, ele foi organizado lá por populares da comunidade, com apoio de órgãos não-governamentais, e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Foi de ONGs, não é?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E qual era o cerne do movimento? Que ela passa a exploração da madeira, exploração criminosa da madeira? Qual era o cerne realmente desse movimento?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – É... Nós...nós, como Poder Público, nós não fomos informados do movimento. Nós tomamos conhecimento, quando eu estava... Porque o nosso Município ia ter... uma área territorial — 19.500 quilômetros



quadrados —, e a gente visita freqüentemente as comunidades. São 123 comunidades ao longo de todo o Município. E nós estávamos...estávamos em uma dessas visitas, quando tivemos informações de que iria acontecer esse movimento lá no rio Jaraucu, um dos afluentes do rio Xingu, para expulsar uma grande madeireira que atua lá no Município, e é detentora de uma... de uma boa parte da área territorial, não sei a quantidade. E eu, tomando conhecimento através de um comunitário, eu mandei que alguém se informasse. Telefonei, pedindo a minha assessoria que se informasse sobre o movimento. Lá, no dia seguinte, me responderam que iria acontecer, já estava acontecendo, o rio já estava trancado. Nós mandamos, de lá de onde estávamos, autorizamos que os nossos Secretários fossem lá e tentassem negociar a liberação do rio, que o movimento ficasse à margem do rio e liberasse o tráfego, porque violou... com essa atitude, foi violado o direito de ir e vir do cidadão, que não aconteceu, não aconteceu. Acredito que, dois dias após o início do movimento... foi. Nós, passando próximo ao local, eu me dirigi até, a pé, o movimento. Estive lá conversando, porque, nesse movimento, foi espancado um dos meus irmãos, ele foi espancado lá por populares, e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É o dono da madeireira?
Dessa madeireira?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Ele transportava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ele estava transportando madeira no rio?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Isso. É. E eu fui lá, “sube” e fui lá também para ver o estado de saúde dele e ver a possibilidade de transportá-lo para a cidade para receber os devidos tratamentos. Cheguei lá, os populares lá disseram



que ele não podia, os organizadores... os organizadores do movimento disseram que não podia ser transferido o rapaz de lá, e a gente disse: *Está tudo bem*. Me retirei e fui para a cidade. Lá na cidade, nós chegamos, eu fiquei descansando um pouco, estávamos mais de oito dias de viagem fora do Município, quando fui informado que teriam chegado três membros do *Greenpeace*. Teriam chegado. Nós fomos até o local, eles já estavam para o aeroporto, e muitas pessoas correndo para o aeroporto. Nesse con... Na hora que chegamos lá, já estava gerado o conflito. Estava o conflito... Nós chegamos, a polícia já...já... os três... as três pessoas já estavam dentro da viatura da polícia, e chegamos lá, conversamos com... com o comandante do destacamento, e demos a proteção. O Comandante retirou as três pessoas de lá, levando-os para o porto e fazendo com que retornassem ao navio, porque eles iriam sair de avião. Mas a população estava com os ânimos alterados e não queria permitir que eles fossem de avião. A polícia achou por bem retirá-los de lancha voadeira novamente até o navio que ia seguindo, parece, para Santarém, não tenho conhecimento. E o nosso papel foi esse lá: dar proteção a... o... a eles, às três pessoas que estavam na viatura da polícia junto com o Tenente, para que ele pudesse se retirar de lá. Lamentavelmente, a repórter, ela...ela... ela... ela se direciona à minha pessoa! Eu assisti à reportagem. Ela frisando por várias vezes o meu nome, e eu acho que ela equivocou-se, porque, em nenhum momento, nós tentamos agredi-la. Outra falha: ela mostrou uma...uma... uma...a fita de uma das comunidades lá do Municípios, da Comunidade Bom Jesus, é como se fosse a cidade de Porto de Moz, quer dizer, denegrindo a imagem, a imagem da minha cidade, do meu Município! Fiquei, até certo ponto, preocupado com aquilo. Ela mostrou uma vila lá do Município, a Vila Bom Jesus do Quati, como se fosse a



cidade de Porto de Moz em sua reportagem. Outra: tratando o povo daquele Município como povo miserável! Lá tem um povo pobre, mas não tem um povo miserável! Lá no Município de Porto de Moz é como... as outras regiões do Estado: é o povo... povo pobre, que vive ali dentro da sua própria condição, mas não tem aquele povo miserável que você chega lá e se assusta: *Meu Deus, não*. A gente vem desenvolvendo um trabalho lá ao longo desses seis anos, um trabalho que ele alcança todas as 123 comunidades, e, graças a Deus, a gente tem aprovação da maioria. Tanto é que fomos reeleitos, os candidatos que nós apoiamos lá a Governo do Estado e a Presidente da República também tiveram a maioria da votação agora nas últimas eleições, portanto, eu considero que é aprovado pela população nosso trabalho. Só na... só na área de educação, nós temos hoje 67 escolas prontas, construídas ao longo desses seis anos, com 71 salas de aula em todo o Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - A população de Porto de Moz?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - A população oficial registrada pelo CENSO de 2000, lamentavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É sempre menor, não é? Isso é normal.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - É. Vinte e dois mil habitantes. Temos no Município de Porto de Moz 35 mil habitantes seguramente, mas só registrados 22 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - A principal atividade de Porto de Moz?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Ainda é o extrativismo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Extrativismo de madeira.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - É, a maior é a madeira; a segunda está na pecuária hoje; a terceira se destacando entre a agricultura, o turismo e a pesca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O primeiro continua sendo a atividade extrativista.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Continua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quantas madeiras há no seu Município?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Três madeiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Três grandes madeiras.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não, diria de porte médio, pequeno e médio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sem querer julgar o fato, porque não estamos aqui para isso, estranha-me quando o senhor coloca que seu irmão estava preso no movimento, pelo menos deixou transparecer isso, ele estava com dificuldade para sair, o senhor foi lá buscá-lo, e eles não o deixaram sair. Quem não deixou seu irmão sair? Isso aí, — como posso falar? —, isso aí é cárcere privado, é manutenção de cárcere privado. Quer dizer, pelo menos eu não deixaria meu irmão... Não é julgando, mas custa entender como é que o senhor vai para buscar seu irmão e não o traz.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Eu fui especificamente para ver o estado de saúde que ele encontrava-se, porque eu “sube” da agressão, né? E lá ele... ele estava em uma rede no barco, e eu... eu... eu conversei lá, já estava (*Falha*



na gravação.)... Civil e Militar no local, eu conversei com a Polícia se eu podia levá-lo, né, para fazer a consulta médica. Inclusive ele esteve prestes a perder a perna — esquerda ou direita, não lembro bem — e teve uma fratura no menisco, prejudicando, e ficou uns... mais de noventa dias sem poder trabalhar, sem poder andar, inclusive. Sofreu cirurgia no menisco, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Bom, eu sou médico, eu não sou ortopedista, mas... quer dizer... Quem falou para o senhor que não podia ser transportado?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Os organizadores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O *Greenpeace*, no caso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – ... do movimento. Olha, o *Greenpeace* sempre disse que não estava organizando, sempre disse que estava dando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas estava lá, não é?, Estava dando apoio.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O barco é do *Greenpeace*, um dos barcos é do *Greenpeace*.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Isso, exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eles fizeram bloqueio tipo barricada, é isso? Não deixavam passar nem entrar...

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Não, eles atravessaram um cabo de aço de uma margem à outra do rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim.



O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – O rio ali...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O objetivo era a não-passagem de balsas de madeira, é isso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Nenhum tipo de barco, nenhum tipo: canoa de remo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o objetivo declarado seria este: não-passagem de balsas de madeira, não é isso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Qualquer tipo de transporte, qualquer tipo de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Inclusive balsa de madeira.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Inclusive balsa de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seu irmão transportava balsa de madeira?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Meu irmão estava num empurrador que trazia balsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É ele que fazia esse transporte?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Ele era comandante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele era comandante?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Do... do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Da balsa?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Do empurrador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do quê?



O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Do empurrador, o barco que empurra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, o barco que empurra. Ele sempre fez esse tipo de atividade? Ele continua fazendo isso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Ele trabalha, ele presta... trabalha, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Continua?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Continua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa madeira grande de que o senhor falou, o senhor não sabe especificar a área, mas tem uma área grande. A área do Município é 19 mil e 400 metros, 19 mil e 500 metros, não é isso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Dezenove mil e quinhentos quilômetros quadrados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quilômetros quadrados. Mas ele pega o quê? Dez por cento, um por cento, dois por cento da área da região, essa madeira?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Eu não posso imaginar porque eu... nós não temos acesso à documentação. A documentação, lá, na área em que ele está, ela é de responsabilidade do ITERPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De quem?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Do ITERPA, o Instituto de Terras do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Explica isso, Deputado, é do Município, mas não é do Município, é isso? Faz parte da área do Município ?



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas eu me refiro, no meu relatório preliminar, ao caos fundiário no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu falo exatamente que é uma consequência da intervenção federal indevida no Estado do Pará e, de resto, na Amazônia. E uma delas se deu através do Decreto-Lei nº 1.164, que tirou cem quilômetros das rodovias federais — construídas, em construção ou projetadas — do domínio do Estado para o domínio da União. Então, virou um caos . Hoje, não se sabe ao certo o que é do Estado, o que é da União. O que é da União é o INCRA quem gere, quem administra; o que é terra do Estado, é o Instituto de Terras do Pará. Neste caso, essas áreas estão na jurisdição do ITERPA, ou seja, do Instituto de Terras do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. E existe lá uma madeireira e tudo bem, está tudo certo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, aí... depois eu vou chegar às perguntas. Aliás, se me permite, já posso fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já pode fazer então, Deputado, até para esclarecer, porque eu realmente me perdi nessa.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Essa madeireira tem documentos da área de terras que ela explora?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Ela não apresentou, porque lá, lá é comum a extração da madeira. Eles não dão satisfação nenhuma ao Município, nenhuma. Eles chegam, entram...



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas isso não é só lá, isso é regra geral.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Chegam lá do rio fulano de tal, eles compram uma área pequena, o direito de uso de uma área pequena e lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Compram de quem?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – De um ribeirinho qualquer.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas me diga uma coisa Prefeito, se eles não têm documento da terra, como é que ele poderia ter o projeto de manejo para explorar aquela área?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Ele compra o direito do ribeirinho — a informação que a gente tem é essa —, ele compra o direito, aqui, de dois mil metros de frente por cinco mil metros de fundo, por exemplo, e vai ao ITERPA e entra com um processo de compra, junto ao ITERPA...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sim.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – ... de compra da área. Com o processo de compra, ele já... é permitido pelo... pelo...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – A legislação do IBAMA permite que, com um simples processo de compra das terras...

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Se trabalhe no projeto de manejo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ... se trabalhe no projeto de manejo.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Sim.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Agora, e essas madeiras são projetos das áreas do projeto mesmo, ou aqueles projetos servem para esquentar a



madeira? Você sabe como é que é, eu estou falando com a minha experiência no sul do Pará. A pessoa tem um projeto de manejo sobre determinada área, mas na realidade não tira madeira daquela área, tira de outra área, entendeu? Então é isso que eu quero lhe indagar: se essa madeira é tirada da área do projeto de manejo da madeireira ou se ele usa aquilo apenas para esquentar a madeira que vem de outras áreas?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Lamentavelmente, essa informação eu não lhe dar, porque eu não tenho conhecimento de realmente como é que... se eles tiram aquela madeira de lá. Eu sei... até onde a gente se informa, em reuniões na comunidade, é essa... é essa função. Ele chega, muitas vezes ele compra o direito de um ribeirão lá, e o ribeirão, vendendo aquele direito, ele vai ao ITERPA e...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sim.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – ... entra com o processo de compra. Depois desse processo... Estou informando isso porque eu estive no ITERPA e estivemos no IBAMA. Então a gente já tem a informação dos dois órgãos que, com essa... com esse procedimento, é permitida a legalização do projeto de manejo. Agora...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Olha, eu vou dar logo a minha opinião, que eu já dei numa outra audiência, se não me engano lá em Belém, de que mais uma vez tem que mudar também. Projeto de manejo na Amazônia é o IBAMA tentando enganar o madeireiro e o madeireiro tentando enganar o IBAMA. Não funciona, mas não funciona mesmo. Serve apenas para mascarar essas atividades. Isso não é só em Porto de Moz, é no Pará Inteiro, é na Amazônia como um todo. E o



IBAMA não tem condições de fiscalizar... Por quê? Ora, se o escritório dele está lá em Santarém, a 400 quilômetros, a dois dias de barco para chegar o fiscal, não tem quadro de fiscais suficientes para atender a demanda. Então, não adianta a gente querer se iludir. Tem que mudar, Presidente. Vamos bater firme aí...

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ... para redefinir no IBAMA e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não precisa bater firme, é só falar a verdade, a realidade.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ... chamar os Estados para a responsabilidade, chamá-los à responsabilidade. Os Estados têm que assumir essa responsabilidade, se que é nós queremos desenvolver este País de forma sustentável. Do contrário, vamos continuar assistindo ao que já assistimos: à depredação desenfreada. Não tem quem segure, até por uma questão cultural, porque aqueles que vão.. Nosso Estado recebe todo mundo de braços abertos. Na minha região, o que menos tem é paraense. Talvez lá nós tenhamos 75% de mãos brasileiras de outros Estados e 25% de paraenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas tem muito paraense no Rio, em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, eles não têm a nossa cultura. Nós, da Amazônia, estávamos acostumados a ver a castanheira não pelo diâmetro da árvore, mas pelo fruto que ela produzia, que chegou a ser o segundo produto na pauta de exportação do meu Estado. Hoje não existe mais. A castanha que era do Pará mudou até de nome, é castanha do Brasil, e a castanha-do-pará



vem lá do Acre e da Bolívia, entendeu? Então, vejam bem, porque houve uma mudança de cultura com os grandes fluxos migratórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Posso abrir um parêntese, Deputado? Me parece que a castanheira só é usada como madeira para fazer aquelas fôrmas — não é isso? —, fôrmas de...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, serve para muitas outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Agora, castanheira é outra história que precisa ser analisada, porque ela é muito melindrosa e, além do mais, tem o besouro que poleniza. Com as queimadas para pastagens, para projetos de assentamento, afugenta o besouro, a castanheira fica esterilizada, fica estéril e não produz mais o fruto. Então é uma questão de cultura. Infelizmente, os grandes fluxos migratórios... Nós passamos por uma grande transformação cultural, em que não se olha mais o valor do fruto, mas o diâmetro da árvore. É por aí essa história toda. Mas continuando, meu caro Prefeito, essa madeireira, essas madeireiras lá estão com o registro legal no IBAMA, tudo certinho?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Acredito que estejam, porque todas as três são visitadas pelo IBAMA e continuam funcionando. Quando não tem o registro, não funciona. Então, são madeireiras... duas são tradicionais, já funcionam há vários anos, e a terceira está-se instalando agora.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – A conclusão a que chego, Presidente, é que, se houve alguma ilegalidade na atividade dessas madeireiras, o IBAMA é conivente, ou por ação ou por omissão, porque ele deveria estar lá, com a



ATPF, com as licenças, com os projetos de manejo, com tudo isso. Se não estava, ele se omitiu e, se estava e aceitou, ele anuiu, passou a ser conivente, é co-autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Existe um fator complicador, Deputado, porque o IBAMA não dá uma licença de manejo já há alguns anos, e as madeiras, pelo que o Prefeito está dizendo — que o irmão dele inclusive transporta, transporta madeira, ele não nega —, continuam trabalhando. Então, há informações conflitantes. Se os manejos não estão sendo permitidos, se a madeira só é permitida por queimada, coisa inclusive em que ele foi multado, de maneira irregular, mas o Prefeito teve uma multa, só por queimada... Entenda bem o meu raciocínio: se a ATPF só sai por queimada, não sai mais por manejo, porque o manejo está proibido — não é que esteja proibido, não sai nenhum manejo já há dois anos, nenhum plano de manejo... E essa foi a nossa... a grande reclamação das pessoas. Eu tinha também uma posição, Prefeito, e eu quero até confessar aqui. Eu era... eu me considerava a vingança do Rio de Janeiro, porque lá foi devastado. Os madeiros tinham aquela coisa de o madeiro é coisa ruim, quem lida com madeira é coisa ruim. Sempre tive isso. E o Deputado Asdrubal, com paciência, tranqüilidade, me mostrou que é uma atividade importante, econômica, inclusive até porque naquela região...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Existem madeiros e madeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O que tem que se criar hoje é a consciência de excluir da atividade madeira aqueles que querem viver na clandestinidade, na ilegalidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso, e o Deputado, com uma paciência...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Até porque passam a ser concorrentes desleais daqueles que agem dentro da lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o Deputado teve uma paciência — o senhor não imagina a paciência que ele teve para me explicar isso — e conseguiu colocar isso na minha cabeça. Hoje, realmente eu tenho uma idéia diferente. Eu acho que existem madeireiros e madeireiros, eu acho que a atividade madeireira é uma atividade que pode... que gera empregos numa região em que o Estado não penetra, não chega até lá, certo? Mas nós temos essas informações conflitantes. Não sei manejo nenhum, se não me engano, há dois anos. Eu vou até confirmar para dar essa informação agora. Não se permite o manejo há muito mais tempo, só mesmo a questão de queimada, aproveitamento de madeira e aquela coisa toda. E as madeiras, Prefeito, continuam em atividade, não é?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Continuum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Continuum em atividade.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Inclusive o maior conflito da comunidade lá não é com as madeiras que estão radicalizadas no Município, são aquelas que vão de outros Municípios, levam o maquinário, compram aquelas áreas lá — o direito do cidadão —, entram lá, não utilizam mão-de-obra local, não faz compra nenhuma dentro do Município, não pagam os impostos — porque tem uma lei do Estado lá; o Deputado é conhecedor de que ela dá suspensão de ICM para o exportador —, não pagam, não recolhem imposto nenhum e deixam lá apenas o buraco na selva. E é essa a preocupação nossa e da comunidade. Inclusive,



Deputado e Sr. Presidente, nós vamos estar trazendo ao seu conhecimento, acho que até o mês de abril, uma proposta de mudança na legislação, para que o Município tenha a gerência da sua floresta e não seja permitido o transporte da madeira *in natura* daquele Município. Nós queremos buscar uma forma de industrializar todo produto florestal extraído na área territorial do Município dentro do próprio Município

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Isso aí é complicado, Prefeito, já houve essa tentativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É muito complicado, Prefeito, é muito complicado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Já houve essa tentativa, se não me falha a memória, há alguns anos atrás, de um projeto de lei da Deputada Maria de Nazaré, lá na Assembléia Legislativa. E foram para a Justiça, e foi declarada inconstitucional a lei.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – É difícil.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Nós temos que encontrar uma outra fórmula para que o Município possa gerir. E poderá, através até de um pacto federativo, como já se fez lá, se não me falha a memória, em Rondônia, naqueles lados; se estabeleceu um pacto onde ficaram estabelecidas as ações da União, do Estado e do Município. Isso pode ser feito.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – É muito claro lá que o conflito...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Outra coisa que pode ser feita, Prefeito, que o nosso Estado está falhando, é o zoneamento econômico ecológico.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Isso.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Este, sim, é que vai definir o que fazer, onde fazer e como fazer, qual o percentual vai ser permitido que seja explorado ou não. E estabelecer um percentual fixo, de 80%, é um absurdo, porque o colono, por exemplo, que pega cinco alqueires, ou seja, 25 hectares, ele só vai poder explorar 20% disso. É insuficiente para a manutenção de sua família, ele não vai passar de um miserável permanente, sobrevivendo à custa da sua roça, quando a finalidade da reforma agrária é outra, é transformar pequenos sem-terra em pequenos e prósperos proprietários. Mas, para isso, precisa ter condições de trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu tenho uma pergunta a fazer ao Prefeito. Prefeito, qual é a importância econômica dessas três madeiras em seu Município, já que o senhor não recolhe impostos? Qual é a importância econômica dessas três madeiras?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Não, as madeiras que industrializam no Município recolhem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essas três?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – As que não recolhem impostos são aquelas que...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Exportadoras.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Exportadoras, que vêm de outros Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A importância econômica qual é? O senhor pode dizer? Corresponde a 10% da arrecadação, 20% ou 1%? Isso o senhor deve saber, não é?



O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Das três existentes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Das três, das três juntas.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Além de corresponder com a arrecadação, elas também correspondem socialmente, porque as três empregam, direta ou indiretamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor recolhe ISS — não é? — delas.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quanto o senhor.... quanto que cada uma delas... Bom, o senhor recolhe... 22 mil habitantes, dá quanto? O quê? Uns 200 mil por mês de arrecadação, de repasse mais arrecadação, é mais ou menos isso?:

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Dá mais um pouco, porque a lei que criou o FUNDEF amplia a transferência de recursos para o Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas dá mais um pouco, é 300 mil, 400 mil?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Só de FPM, o ano passado nós trabalhamos com a média de 200 mil reais de FPM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Duzentos mil reais de FPM?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Foi, 10% dos encargos as três correspondem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A 20 mil reais?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Aproximadamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Elas recolhem 20 mil por mês de ISS?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Todas as três, as três juntas correspondem a isso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Isso, aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Certo. Essas três que estão lá já há muito tempo lidam também com plano de manejo, é isso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Plano de manejo, as três têm plano de manejo. Inclusive, nós temos a informação de que estão sendo aprovados, foram aprovados no final do ano passado, no segundo semestre do ano passado, novos planos de manejo. E estão sendo aprovados ainda agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós estamos checando inclusive a informação, porque, na medida em que o Presidente do IBAMA afirmou que, se não me engano, em dois anos ou três anos...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Isso foi na Mata Atlântica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O plano de manejo no Brasil. Essa foi a informação feita aqui.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, foi Mata Atlântica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Inclusive foi a reclamação no próprio Pará. Eu me lembro da nossa ida lá ao Pará, da reclamação de todos aqueles que lidavam com madeira.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – No Pará, houve uma suspensão temporária, em virtude de fraudes ocorridas de falsificação de documentos de terras.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas nós estamos confirmando — isso eu estou confirmando —, nós estamos confirmando essa informação, para saber se existem realmente planos de manejo aprovados, essas coisas todas. Isso é importante para a gente, na medida em que o senhor há de entender que nós também não podemos tolerar... Lá no Pará, por exemplo, eu tive acesso a uma autorização de um Vereador dizendo que determinada pessoa podia explorar madeira na sua terra. Quer dizer, um Vereador dando autorização para um plano de manejo, por exemplo. Isso aí.... Começava a carta assim: “A quem interessar possa...”. E é uma carta de 2002, de janeiro de 2002. Então, nós também não podemos tolerar que a autoridade também, legitimamente constituída, no caso o Vereador... E uma informação que nós tivemos, que a CPI teve, trazida por outro Deputado — foi ele até que me trouxe a fita —, passasse em branco. Nós temos que investigar e não podemos tolerar nenhum tipo de ingerência do Poder Público na malversação dos nossos recursos naturais, é lógico que não. E vamos... a CPI vai, depois dessa posição que vai ser passada ainda hoje na questão dos planos de manejo... Caso não haja planos de manejo, nós vamos recomendar e solicitar mesmo ao IBAMA. Vamos vigiar se vai fazer, que feche as madeireiras por enquanto, até... Não é só essas que estão lá, todas, para que essa paralisação... Se não estiver dentro da lei, tem que ser paralisado. O senhor há de entender, de compreender que nós não podemos também tolerar, como eu falei, a malversação de recursos naturais não ou muito pouco renováveis, vamos chamar, na medida em que não têm manejo autorizado. Se têm, nós vamos solicitar também. E já faço a solicitação ao nosso Secretário que encaminhe ao Presidente do IBAMA, ao Diretor Regional do IBAMA do Pará a solicitação de todos os planos de manejo aprovados



nos últimos cinco anos. A solicitação, também, da regularização das três madeiras em Porto de Moz... nos documentos de regularização das três madeiras de Porto de Moz, até para oferecer ao Prefeito esses subsídios, já que ele não tem acesso. Quer dizer, não dão acesso a isso. O senhor não sabe se...

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não. Nós temos certeza absoluta de que as três madeiras que operam no Município têm planos de manejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Hum, hum.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Com certeza, nós mandamos a nossa assessoria checar isso, aí. Com certeza, absoluta, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas o senhor não tem os documentos, não é? O senhor não tem o documento da prefeitura.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não. Tenho, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então, nós vamos, depois, com o compromisso da CPI, encaminhar ao senhor a documentação colhida por esta CPI. Nós vamos colher a documentação e encaminhar ao senhor para o senhor ter o registro, até porque, de repente, o senhor pode até cobrar mais ISS do que está cobrando. Quem sabe, não é? De repente, existe a possibilidade, com mais informações, de o Município até arrecadar um pouco mais.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - O maior conflito existente no Município, com relação às madeiras, são essas que vão lá, extraem a tora e levam para industrializar em outro Município. Esse é o grande conflito da comunidade. Inclusive a comunidade combate, também, junto conosco, essa forma de levar. Porque ela abre uma concorrência desleal para quem lá está. Porque lá, pelo menos duas madeiras... Nós temos conhecimento de que as duas



reflorestam. Das que estão lá, uma é da minha família. Eu conheço o reflorestamento deles. Tem 52 mil árvores de tecas plantadas numa área lá, mais mil e poucas árvores de mogno, mais seis mil árvores de paricá, reflorestadas lá no meu Município. A outra também tem... uma outra empresa, eu conheço o reflorestamento delas lá no Município. Então, essas que vão lá, e só deixam para o Município e para a comunidade o buraco na floresta, elas abrem uma concorrência desleal com as que lá estão. Porque nós entendemos o seguinte, Sr. Presidente, caro Deputado, que o madeireiro que está instalado no Município trabalha mais racionalmente, porque ele sabe que se ele acelerar e fizer corte raso lá, ele vai ficar sem a matéria-prima no espaço bem mais curto de tempo, e, daí a pouco, a fábrica dele vai ter que paralisar.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Indagação... Esses projetos de reflorestamento foram aprovados pelo IBAMA?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Esse... eu não tenho... eu não posso afirmar com muita presteza, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Nós vamos informar, depois, à prefeitura...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - A pergunta é pertinente, porque eu tenho conhecimento de que algumas empresas que pretendem reflorestar têm processo tramitando no IBAMA já há anos e não conseguem... não sei por que diabos não dão essa licença, se o cara quer repor a espécie.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Esse é um complicador muito grande.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, eu não sei se é criar dificuldade para vender facilidade. Eu não sei o que pode estar acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor falou que é reflorestamento de mogno. Então, se explora mogno lá, é isso?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não. A empresa... o nosso grupo de trabalho nunca trabalhou com mogno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O seu grupo de trabalho é uma empresa.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Eu diria que são os meus irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas são três?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não, não tenho conhecimento de nenhuma das três. Tem uma lá que explora cedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim, mas o senhor falou... Mas, tudo bem, tudo bem. Vamos permanecer...

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Nós reflorestamos mogno por ser uma essência de grande valor comercial, não é? E estamos... está lá em fase experimental. Estamos lá, nessa área que estão plantadas as tecas, estão plantadas as árvores de mognos, para ver, junto também com o Paricá. São duas áreas distintas: uma área com teca e...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Só para ajudar no raciocínio: é que o Pará é um Estado, graças a Deus, muito rico, riquíssimo. E eu ousou dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nem só de riquezas naturais vivem as pessoas... a qualidade das pessoas.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Neste século, Prefeito, se nós continuarmos trabalhando como estamos, o Pará vai representar para o Brasil o que São Paulo representou no século passado, não tenha a menor dúvida. Mas, sobre o mogno, ocorre o seguinte: é que o mogno tem incidência em determinadas regiões. E lá não é uma região de incidência do mogno, que dá, digamos assim, rebolados, como a gente chama lá, entendeu?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Ah, Deputado...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Como existe a castanheira em determinadas regiões, o mogno em outras. Então, daí porque é importante esse zoneamento econômico-ecológico.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Deputado, me permita, Deputado. Entendi as suas colocações. O senhor me falou que tem a fita. É outra falha da nossa repórter, lamentavelmente. Aquela fita é daqui do sul do Pará. Aquela reportagem sobre o mogno, que aparece na fita, não é da região de Porto de Moz, ela é da região do sul do Pará. Ali, subindo para... descendo para Altamira. Ela não está no Município de Porto de Moz. É por isso que eu digo que ela tenta denegrir. Lamentavelmente, não compreendi a posição da repórter. Até hoje, com respeito ao posicionamento dela, nós não compreendemos o porquê. Porque ela mostra, realmente... Na fita aparece. Eu assisti à fita, eu assisti à fita, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um ligeiro recesso, só para complementação da informação que eu dei aqui, que eu tinha. Vamos ver se... (*Pausa.*) Como o senhor falou, a informação está correta em parte, na medida em que eu ouvi a fita, e a fita fala de mogno. Nas entrevistas da fita, falam-se de mogno. E o senhor fala de reflorestamento de mogno. E os planos de manejo de mogno



estão proibidos. Então, uma coisa bate com a outra, mas, realmente, estão proibidos. E que existe lá, naquela região, Deputado, como o senhor colocou, uma questão fundiária muito forte, na medida em que o conflito, a raiz do conflito é a retomada da população daquelas áreas, onde todos os documentos são frágeis. Não existe um documento, justamente por causa do conflito fundiário, que o senhor muito bem descreveu... não sabe onde a área ainda não se definiu: o que é área municipal, o que é estadual, o que é federal. Então, não existe documento de terra na região, acredito que rural. Não existem documentos reconhecidos em cartórios, essas coisas — foi o que mais ou menos me explicaram.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Pior é isso. É que existem documentos de cartórios, mas fabricados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E não têm a origem. Ou seja, que não foram desmembrados do Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso. Então, são documentos frágeis. E lá houve autorização para dois planos de manejo, dois planos de manejo. Amanhã eu vou receber a informação. A CPI recebe, eu não. Quando eu falo eu... A CPI recebe a informação correta daquela região. Me parece que houve... que existem dois tipos de manejo autorizado. Não para mogno, mas existem dois planos de manejo autorizados, dois. Então, nós vamos saber a área, vamos saber as madeiras e, depois, repassar ao Prefeito, inclusive. Prefeito, mais algum comentário, Prefeito?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Não. O comentário final, que a gente tem conhecimento lá, é que também parte desse movimento, lá, contra as



madeireiras, está gerando a expectativa da criação de uma reserva que vai, com certeza absoluta, prejudicar brutalmente o desenvolvimento do Município. É que o Município, lá, tem 19 mil e 500 quilômetros quadrados de área territorial, e a reserva proposta, lá, no primeiro momento, foi de dois milhões e 800 mil hectares de terra, envolvendo o Município de Porto de Moz e o Município de Prainha. Quando o Município de Prainha posicionou-se contrário à criação da reserva na sua área territorial, eles reduziram o tamanho da área para um milhão e 280 mil hectares, que envolve, aproximadamente, 80% da área territorial do Município, que voltaria à questão da União e, com isso, inviabilizando. Porque, lamentavelmente, outra realidade triste que a gente tem no nosso Estado são essas reservas. Todas as reservas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Já são dezoito, Prefeito.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - ... criadas todas, nenhuma com um projeto de viabilidade econômica que comprove que melhorou de vida a população lá existente. Nenhuma. Pior, o posseiro perde a condição de posseiro quando se cria a reserva e tira-lhe o direito de sucessão da posse. Pelo menos da posse. Porque lá, quando o habitante mora aqui e ocupa lá 100 hectares de terra, ele tem o direito da posse, de transferir para a família, etc. E a criação da reserva, além de inviabilizar a economia do Município, vai também inviabilizar a produção agrícola e a condição de trabalho dos habitantes. Ali, nos limites com o Município de Portela, já temos a reserva de Caxuanã, que vai quase próxima à cidade de Porto de Moz. E, se criando a reserva Verde para Sempre, como é proposta pela comunidade, inviabilizará o Município, com certeza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas, Prefeito, uma pergunta: as áreas conservacionistas são de diversas espécies. Tem algumas delas que podem ser exploradas com algumas cautelas, e tem outras em que a exploração é absolutamente proibida. Essa área de conservação, que querem criar lá no seu Município, é extrativista ou que tipo de área é?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Ela é extrativista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Bom, aí realmente, inviabiliza, porque não pode fazer nada, absolutamente nada.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS - Ela é extrativista e não tem... Estão propondo a criação da reserva sem nenhuma justificativa, o que é o pior. Não há um estudo de viabilidade econômica, não há zoneamento da área do Município, não há nada. Eles só querem a reserva... propõem a criação da reserva. E nós, até agora, estamos cautelosos e estamos sempre colocando a nossa posição de que, para se criar reserva — inclusive, já levamos isso ao conhecimento do Governo do Estado — , para se criar a reserva tem que existir o estudo de viabilidade econômica que comprove que a população lá, que habita a área proposta, vai melhorar a sua condição de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Daí porque eu propus, no relatório preliminar, a supressão do termo “terras necessárias à preservação ambiental”, no art. 20, inciso II, se não me falha a memória, porque é muito genérico e possibilita que a União faça o que vem fazendo: subtraindo o patrimônio dos Estados, sem qualquer tipo de compensação para o Estado e para a comunidade.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – É verdade. Nós lemos o seu relatório preliminar e o senhor é muito feliz nas suas colocações quando o senhor



defende claramente essas posições. Nós também somos defensores dessas posições, porque entendemos que essa invasão da União nas terras dos Estados prejudica os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Pela ordem, vou dar a palavra ao meu Presidente, que hoje está já no plenário como Deputado e pediu que eu assumisse a Presidência para que ele pudesse fazer algumas indagações.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - As questões do Pará são resolvidas pelo Deputado Asdrubal, as questões do Pará são resolvidas por ele. Mas eu tenho duas perguntas: primeiro uma colocação me foi... Na realidade, eu acho que o cerne da reserva ou não extrativista naquela região é basicamente pela incapacidade que tem o Governo Federal e Estadual de regulamentar, regularizar a posse da terra. Seria uma forma de resolver o conflito também por incompetência e tentar equalizar toda a área. E também tenho duas perguntas, Sr. Prefeito: seu irmão já explorou ou explora mogno?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO – O senhor ameaçou a jornalista de morte, Sr. Prefeito?

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO – Muito obrigado. Eram só essas duas perguntas que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Vou passar a Presidência, porque eu queria fazer algumas indagações com relação à tramitação a partir de amanhã. Estamos na fase final. Temos que proceder à leitura do relatório, temos prazo fatal até o dia 31 para aprová-lo ou não, entendeu? E aí eu gostaria de



saber da Presidência ... Vou aguardar que ele retorne, para que a gente possa estabelecer uma agenda daqui até o dia 31 e, afinal, possamos dar a nossa contribuição, porque, se nós não aprovarmos o relatório — e eu temo, porque estamos no período de recesso —, todo esse nosso trabalho, todas as nossas andanças e as experiências que adquirimos irão por água abaixo, porque não constarão sequer na... de decisões para serem apreciadas pela Mesa desta Casa.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – O.k. Nós compreendemos a sua preocupação. E eu quero, mais uma vez, nem só hoje, mas todo e qualquer momento em que haja necessidade da nossa informação, nós estamos aqui para colaborar com esta CPI e viremos aqui quantas vezes forem necessárias, viu, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Então, meu ilustre Prefeito, nós queremos agradecer pelo seu comparecimento, pelas informações que nos prestou, e dizer que V.Exa. fica ainda à nossa disposição para quaisquer informações de que necessitarmos, e também a CPI está à sua disposição para as informações que quiser nos prestar. Muito obrigado.

O SR. GERSON SALVIANO CAMPOS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Convoco a Sra. Simone Sobral e a Sra. Ana Célia Coutinho Machado, para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)* Para atender às formalidades legais, vou ler. Vocês já prestaram o Termo de Compromisso, mas vou ler a parte final e vocês — as duas — poderão repetir comigo. *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO e A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – *“Faço, sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – D. Ana Célia, a senhora sabe o motivo por que foi convocada aqui à reunião?

(A depoente responde com a cabeça.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Não? A senhora sabe de que trata esta CPI?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Investigar sobre plantas, pássaros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Quando e como a senhora iniciou as atividades no setor carbonífero?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Mais ou menos tem uns seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Uns seis anos. Onde?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Em Riacho de Santana, na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – No início de suas atividades, quantas empresas a senhora representava?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Sempre representei uma só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Qual era a empresa?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Quando comecei, mais ou menos há seis anos atrás, foi a Pitangui. Depois hoje, a Metalsider, que fica em Betim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Quer dizer que hoje a senhora não está mais na Bahia, então.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Estou na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sim, mas representa Betim, que é de Minas Gerais, lá na Bahia, não é isso?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - E o seu trabalho consiste em quê?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Meu trabalho, eu troco assim. O senhor é um fazendeiro, tem autorização do IBAMA para limpar a área para fazer pastagem. Às vezes, eu nunca, é difícil comprar, às vezes eu ganho e troco e dou limpeza com trator de esteira, para limpar aquela área, e aí eu faço carvão. E isso é uma pequena parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Que tipo de madeiras?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Madeira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sim.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Todas aquelas madeiras que não servem para usar em serraria, em cercas, porque a madeira do carvão... Às vezes até, quando a sociedade fala: “*estão acabando com as matas*”... Mas também as pessoas cultas deveriam explicar, chegar ao conhecimento das pessoas de menos cultura. Acabar com as matas — e quem mora na roça vai plantar o feijão, o milho, o arroz, como? Ali o IBAMA dá autorização para retirar o *torus* de madeira branca, mesa; a estaca, o esticador, para cerca. O resto transforma em carvão,



porque o senhor sabe que é crime, todo mundo sabe, eu mesmo, pouca cultura, não pode pôr fogo. Então, daí vem o carvão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Entre as madeiras eventualmente tinha o ipê?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Ipê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sim.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Repete, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Entre as madeiras que a senhora usou para transformar em carvão, eventualmente aparecia ipê?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. Ipê que o senhor chama, que a gente chama numa linguagem popular pau d'arco, não é?. Esse ipê é transformado em madeira serrada, em tábuas, para fazer móveis e etc. A não ser as gastas, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Quantos fornos a senhora mantém em atividade na Bahia?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO - Olha, Doutor, é o seguinte, eu preciso explicar para o senhor. Veja bem, quando se fala que eu faço carvão, eu tenho que explicar. A siderúrgica tem um procurador na região, que o senhor vende o seu produto para ela, tá, no IBAMA tem um documento firmado. Cada produtor tem sua parte no IBAMA. Manoel Pereira da Silva, o senhor tem uma autorização de 3 mil metros. Aí o senhor vai vender a quem lhe convier. Aquela que pagar melhor, etc. O procurador chega e faz uma DVPF, né, Venda de Produtos Florestais, mais ou menos assim. E esse produto vai para a siderúrgica. Os fornos que eu tenho, que



falam que eu tenho, não quer dizer que eu carbonizo em cima de 2 mil fornos, o senhor entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Então a senhora tem 2 mil fornos.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, estou dando um exemplo. Deixa eu chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Eu acho que este exemplo foi meio sintomático, não é?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, mas os meus fornos não são umas coisas escondidas. São fornos que têm autorização. Não é em cima da minha fazenda. Veja bem. É em cima da fazenda do senhor, dele, de João, Pedro, Maria, José, assentamento do INCRA. Entendeu? Aquele produto não sou eu que carbonizo, entendeu, que o faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Com 2 mil fornos...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, deixa eu responder à pergunta que o senhor diz. Quantos fornos que eu carbonizo, não é? O senhor quer anotar? Eu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sim.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Cento e cinquenta mais cem... Mais ou menos quinhentos fornos. Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E isto legalizado no seu nome?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não é no meu nome. É do senhor, é de João...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Os fornos poderão estar na minha propriedade, na propriedade dela, dele, mas...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Doutor, vê se todo mundo entende. Isso aqui é uma autorização do senhor. O senhor recebeu para fazer a implantação de pastagem ou do que o senhor fez o projeto. É um projeto, né? Veja bem. O senhor contrata alguém para fazer o trabalho, certo? Vende ou troca, faz o negócio, vende a madeira. O senhor está apto a trabalhar, certo? O senhor está apto a trabalhar. Não quer dizer que eu... aquela autorização não pode ser em meu nome, porque a fazenda não é minha, a fazenda é do senhor. O senhor não quer mexer com o produto, o senhor quer limpar a sua área para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Então, a senhora tem contrato com os donos da fazenda?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Às vezes não, às vezes de boca. Ele manda limpar a área: *“eu quero essa limpa aqui, do meu jeito”*. Do jeito dele, do dono. Aí, a madeira de lei ele retira, porque é de maior importância, porque o carvão só faz, o senhor sabe, de tudo aquilo que não presta mais para nada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Em tese, sim; na prática, nem sempre.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, mas sim. O senhor é dono da fazenda, o senhor deixaria de vender essa peça por 200 reais, se ela for carbonizada ela dá 30? O senhor não deixa, o senhor é dono. Não, esse aqui eu não vou vender para isso, não. Vou vender para isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas todas são de madeiras nativas, não é?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Madeira nativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Tudo de madeira nativa.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Está respondido, madeira nativa. Como o senhor perguntou do pau...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Agora, tem a licença do IBAMA.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Licença do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Vai em nome do proprietário do imóvel?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Do imóvel, tudo autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas aí tem que haver um relacionamento ou societário, ou comercial, alguma coisa, para que a senhora possa entrar naquela propriedade...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Sim, perfeitamente. Mas muitas carvoarias, doutor, explicando para o senhor, porque o IBAMA é um órgão público. Se o senhor chegar lá hoje, o senhor colhe todas as informações devidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Com quantos produtores rurais a senhora tem contrato?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Hoje, mais ou menos, o senhor diz eu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Ou a empresa que a senhora representa, pronto, digamos assim.



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Mas não é todo o carvão da empresa que passa pela minha mão. Eu respondo por aquele que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Não, mas a senhora tem seu campo de atuação, outro deve ter outro campo de atuação, mas nós estamos nos dirigindo à senhora, não é?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Produtores, não é? Hoje deve ter de trinta a cinqüenta, porque a gente vai vencendo. Ontem venceram duas autorizações, hoje vence uma, depois vai vencendo, o senhor demora de renovar, porque o IBAMA agora, o senhor ouviu ela falando aí, às vezes vence uma autorização hoje, leva quatro, cinco, seis, oito, nove meses para o engenheiro aparecer. Vai renovando, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E quando acontece isso? Trabalha na ilegalidade, então?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, o IBAMA pára.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Hein?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – O IBAMA pára.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas, se isso acontecer, pára a siderúrgica.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, mas pára aquela autorização que venceu hoje. Não quer dizer que sejam todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas aí... Pela experiência que eu tenho lá na minha região, nós temos siderúrgicas. Aquilo tem que ser permanente. O abastecimento tem que ser permanente.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, mas nem sempre.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Se falhar a produção de carvão, param os fornos e, parando os fornos, não tem produção.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – É, mas a vistoria é muito difícil. Aquilo que aquela dona falou, a Dra. Marluce, é tudo verdade, e aquele outro doutor aí, que eu não sei o nome. Sabe? Agora mesmo tem algumas paradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Qual é o volume de produção de carvão que a senhora controla?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Que a firma leva, né, não é que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Que a senhora intermedia, controla em nome da firma, da empresa.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Tudo bem. Mais ou menos uns 30 mil metros. Que eu faço deve dar uns quatro, quatro a cinco, mais ou menos. Porque às vezes a firma faz um contato com o senhor, mas não passa pelas minhas mãos, não, porque o senhor é com autorização, o senhor mercadoniza, o senhor mesmo faz, o senhor mesmo vende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E como é que é transportado esse carvão?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Como é transportado? O senhor fala como? Em caminhões, carretas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sim, mas qual é o papel que legaliza?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Ah, a ATPF, com a nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – ATPF?



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Com a nota fiscal. É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E... toda mercadoria é transportada com a ATPF?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Do meu conhecimento é, doutor. Que tem clandestino, tudo tem, né? Agora, do meu conhecimento, é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E essas ATPF são utilizadas... ATPF recebidas pela empresa para esse transporte do carvão, elas estão sendo utilizadas apenas nisso aí, ou está havendo desvio de finalidade?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Do meu conhecimento, não. O IBAMA lá, para liberar para o senhor, ou o senhor ter autorização, recebe hoje. Daí, o senhor vai fazer os fornos. Ela só libera a ATPF para o senhor quando vai lá — não precisa ser engenheiro, são funcionários, dois ou três —, conta, mede, cuba e diz: você tem quinze fornos, e faz o laudo — nem fala na hora, depois bota na pasta, no IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas nós vimos uns laudos lá na Bahia que eram uma gracinha, viu?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Porque de laudo só tinham o nome, porque eram praticamente um pedaço de papel dando uma autorização, sem ter realmente feito a vistoria. Na realidade, a gente percebe que eram laudos feitos em gabinetes de escritório, sem ir a campo. A senhora tem notícia disso?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não tenho, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Olhe...



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Bom, eu acho que... Inclusive o chefe lá não manda um só. Estou falando com o senhor aqui o que acontece, né? E nunca ele aceita um laudo de um funcionário só: quando não vão três, são dois. Um só, o chefe não aceita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Qual é a produção de um forno?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Varia. Tem forno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Varia em função de quê?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Assim, um forno de 3,40m de diâmetro por 2,30m de altura, ele dá mais ou menos de seis a sete, até oito metros de carvão. Varia por conta da madeira. A madeira boa, densa, forte, murcha... Às vezes o sem-terra mesmo bota fogo nas matas, como o senhor sabe: corta uma árvore aqui, uma ali e bota fogo. Então, quando aquela madeira seca, aquele produto é mais rendoso, mas menos de 5m não dá um forno de 3,40m por 2,30. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E qual é a média de produção por hectare?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – De carvão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sim.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Também varia. Mata boa é 120, 130, 100, 90, 80, e tem mata que é até 30m de carvão, como os gerais, assim... esses... gerais mesmo, que a gente chama. Quem vem da Bahia para cá, como é que chama isso aí? É... gerais, aquele matinho baixinho, né, aquela árvore bem pequena. Até 30m de carvão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Minha terra é Capoeira.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Mas tem muita autorização com até 30m.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Num plano de manejo, qual a produção por hectare?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Ô, doutor, eu não tenho conhecimento, não, mas... Também varia, mas deve ser de 40, 45...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas você só usa o carvão do aproveitamento, ou tem projeto de manejo?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Eu não tenho projeto de manejo, eu não tenho fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Toda a sua produção de carvão é...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – É, mas eu já disse ao senhor — e o senhor entendeu, né? Eu... quem faz manejo é quem tem fazenda, quem tem terra. Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas a senhora, na convivência, no trabalho, deve saber distinguir...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, eu vejo... de 30 a 50m de carvão por hectare. As autorizações lá... Tem pouco manejo na região. Agora é que vai investir no manejo, porque, senão, vai acabar tudo, né? Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – A senhora conhece o Sr. Lindolfo de Bom Jesus da Lapa?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Conheço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Qual é o seu relacionamento com ele, de amizade, comercial?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não: bom-dia, boa-tarde, quando precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Nunca fez nenhuma transação com ele, comercial?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – De jeito nenhum. Ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E o Sr. Carlos Fonseca?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Não conhece?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Conheço. Mas não me dou com ele também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Não tem nenhum relacionamento?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, nem bom-dia. Mas conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sr. Manoel Rubens?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Manoel Rubens. Sim, conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Também.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Grau de relacionamento com ele?



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – O Manoel Rubens é mais assim... Converso, quando precisa. Ele não mora na minha cidade. Esses aí que o senhor está falando moram na minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Houve uma denúncia para a CPI de que a senhora e esses cidadãos estariam vendendo ATPF.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Doutor, do meu conhecimento, não tenho conhecimento de que ele vende, nem eu, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas tem conhecimento da denúncia?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Olha, o senhor sabe, né, doutor: quem trabalha, é difícil não ser denunciado, né? Agora, se provar vai pagar por isso. Se essa prova for concretizada por esta CPI ou por qualquer autoridade, né, então, eu pagarei por isso em processo ou... o que for preciso, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas a denúncia existiu?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Sim, eu estou dizendo ao senhor: não chegou ao meu conhecimento, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – A senhora não sabe que existiu a denúncia?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Nunca foi chamada, nunca foi ouvida?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. Não. Não, nunca fui ouvida. E... Porque, o senhor sabe, quem trabalha, né, sempre, em qualquer setor — não no carvão, né, em qualquer setor —, a pessoa é mais vigiada, mais



denunciada, porque tem as pessoas que não produzem, né, que ele não cresce, então ele tem mesmo a denunciar. O senhor entendeu? O senhor perguntou do Carlos aí, e do Lindolfo. Eu passo e dou bom-dia quando precisa, porque eu tenho a minha vida para cuidar, entendeu? Não tenho marido, sou sozinha, então eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas eles também trabalham com isso?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – São seus concorrentes?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – É, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Ou são...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, é diferente, porque esse Lindolfo eu acho que ele não produz, não sei se ele produz, se ele compra lenha para produzir, tá? Eu não só intermedieiro o carvão, doutor; eu trabalho. A minha cidade é pequenininha, o senhor levanta a minha vida dentro de duas horas. A minha não, a de qualquer pessoa. É uma cidade deste tamanhozinho. Então, quando o senhor, ou que alguém denuncia ou fala mal, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas dessa denúncia a senhora tomou conhecimento por ouvir dizer ou alguém a intimou para algum depoimento?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, nunca fui intimada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas já foi multada?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Já fui multada. Uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Transportar mercadoria sem ATPF?



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – É, sem ATPF, mas minha defesa consta, né? É porque o moço do IBAMA estava sem... de cabeça para baixo, né? Porque ele encontrou o caminhão como daqui a 100 metros distante da Capoeira, dentro da fazenda. Ele sabia que o carvão não era clandestino, mas mesmo assim ele multou, porque ele alegou que estava sem a nota, né? Então, eu fiz a defesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Isso é coisa antiga ou coisa recente?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Coisa de um ano para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – É, porque ultimamente dos autos de infração do IBAMA constam até os graus para localização, as coordenadas, tudo feito com GPS. Então, aí o fiscal teria feito uma arbitrariedade muito grande colocando...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. Eu, na minha defesa — está no processo, né? Eu estou até pagando essa multa —, no processo, eu fiz a defesa dizendo a ele que restava o bom senso dele. Não estava com a ATPF no carro. Agora, ele multou porque... Ele sabia que não era clandestino, mas ele multou porque não estava. Então, uma parte, ele tem um pedaço de razão, e outra parte, ele tinha que usar o bom senso, porque ele sabia que aquele carvão não era clandestino, porque se encontrava o caminhão dentro da fazenda, ainda não tinha saído da BR, né? Isso aí a gente checava a pessoa..., não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – A senhora conhece o Sr. e a Sra. Rosemeire e Espinoza?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Os irmãos Dedé, Neném e Juraci Fagundes?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Nilson de Espinoza?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Marão?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. O Marão eu conheço de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Aloísio?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Conheço também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Gilson Geraldo Soprani.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Esse Aloísio há dois anos, um ano e tanto que eu não vejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Carlos Magno Matos, Rincón da Silva.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. Carlos Magno eu não sei nem quem é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E Guanambi?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – A senhora conhece Carinhanha?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Carinhanha? Não. Nunca fui em Carinhanha. É bem perto de Bom Jesus da Lapa, mas, por incrível que pareça, eu nunca fui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Bom Jesus a senhora conhece?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Barreiras?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Guanambi?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Espinoza?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Conheço, de passagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E por que há denúncias em todos esses locais contra a senhora por formação de quadrilha? Como a senhora explica isso?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Só é comprovar. Em Carinhanha eu nunca fui. Conheço Guanambi, Espinoza. Se alguém já me viu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E a que a senhora atribui essas denúncias?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Ué, doutor, tem que fazer uma pesquisa, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – A que a senhora atribui essas denúncias?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Eu digo ao senhor o seguinte. Porque eu trabalho com carvão há mais ou menos seis ou sete anos, tá? Não vou me elogiar, porque se o senhor for lá fazer uma pesquisa o senhor vai encontrar de um lado as coisas boas e de outro alguém fala ruim. E o senhor vai juntar e deduzir.



Eu já disse ao senhor que sou arrimo de várias famílias, não tenho marido. Trabalho mais ou menos vinte e tantas horas, entendeu, então eu acho que quem trabalha é visado. Se qualquer coisa for comprovada eu pagarei, na Justiça, como for preciso. Se o senhor quiser esclarecer, ir à minha região fazer uma vasculhação, ou a Polícia Federal, qualquer autoridade, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Quem são os servidores do IBAMA com quem a senhora se relaciona?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Se relaciona, os servidores do IBAMA com quem a senhora se relaciona, trata dos assuntos, tem mais intimidade?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Eu? Com quem eu trato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Servidores do IBAMA.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, lá eles atendem sem distinção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas não tem alguém que é específico da sua área de atuação?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. Não. Todos atuam, vamos dizer assim, do mesmo jeito. Lá a gente trata mais... Por exemplo, se precisa de alguma coisa, você procura o chefe. Quem determina qualquer serviço que for fazer é o chefe, não é funcionário. Eu chego lá ou o senhor chega lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Eu acho que isso deveria ser rotina. Não precisa ir ao chefe para pegar uma ATPF, que é uma rotina. Um processo de ATPF me parece que é um processo rotineiro.



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Mas eu não pego ATPF não, doutor. A empresa — eu estou explicando, mas parece que não expliquei bem explicado — a empresa tem um procurador. Quem pega a ATPF do produtor é o procurador, e entrega ao produtor. Se essas ATPF são vendidas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E a senhora vai ao IBAMA tratar do quê, então?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Vou muito pouco ao IBAMA. Muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas a senhora conhece o servidor do IBAMA...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Conheço todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – ... Edilson Pereira dos Santos?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Edilson? Não. Eu não vou em Barreiras. Não tenho movimento, meus negócios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – A senhora já demonstrou que conhece, pois disse que não vai a Barreiras. Já sabe que ele é de Barreiras.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, mas o senhor disse Edilson, doutor. Ele trabalha em Barreiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Pois é. E a senhora disse que não conhece? Eu nem sabia que ele era de Barreiras. Vim saber através da senhora.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Sim. Eu sei que o funcionário lá chama Edilson, agora eu... se o senhor for lá...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas qual o seu relacionamento com ele?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Nenhum?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Se o senhor trazer ele aqui agora, se eu conhecer ele, eu não quero ver minha filha viva. Eu não conheço ele. A empresa — deixe eu explicar ao senhor — tem um procurador, veja bem, que vai ao IBAMA...

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO – Peço à senhora, D. Ana Célia, que fale no microfone, por favor.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – O Procurador vai ao IBAMA e tira as ATPF de José Pereira da Silva e entrega ao senhor, entendeu? Não sou eu. Eu não vou ao IBAMA tirar ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Com essa ATPF, quantos caminhões de carvão a senhora passa? Com uma ATPF?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Quanto passa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sim. Quantos caminhões passam com cada ATPF?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Cada ATPF é cada caminhão, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Também em tese; na prática muda, não é?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – O senhor acha que viaja mil quilômetros?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Não, na prática.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Olha, eu não sou nenhum neófito, nenhum principiante nessa história, porque a minha região tem ATPF para madeira, ATPF para carvão, para essas coisas todas. E lá, como cá, a máfia é a mesma.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Doutor, as ATPF são casadas no IBAMA. Aqui fica a primeira via, olha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Mas há convivência. Olha, isso é uma rede, é uma rede tão grande, o tráfico de carvão, que envolve fiscais do Estado, envolve fiscais do IBAMA, envolve todo o mundo. Você sabe disso.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Mas eles passam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Você sabe, não sabe disso?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – De quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Que existem essas facilitações.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Doutor, um caminhão, para rodar mil quilômetros, passa aqui e conhece o senhor. Mas quando chega na frente, tem outra barreira. Vai ter outro amigo? Ele passa... deve passar umas oito barreiras. Eu acho muito difícil. Se for um lugar perto, eu acho que ele pode conseguir, mas passar dez barreiras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Quer dizer que a senhora acha que não existe nada de ilegal no tráfico de carvão?



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. Existe, doutor. Como?

Tudo existe. Eu acho que tudo no mundo existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – O quê, por exemplo?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Ah, meu Deus do céu! Só carvão? O senhor acredita? O senhor que é um homem informado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Nós estamos falando do carvão.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Sim. Existe. Eu acho que existe

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E a sua atividade é relacionada ao carvão.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Tem carvão clandestino? Tem. O senhor sabe que tem, eu sei que tem. Tem sim. Mas eu estou lhe dizendo em todos os setores. Falo para o senhor. Se eu disser ao senhor que não tem carvão clandestino eu estou mentindo. Tem carvão clandestino, o senhor entendeu? Agora eu acho que um caminhão sair mil quilômetros... Entendeu? Mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Peço a V.Exa. que assuma, até porque me parece que elas têm que voar hoje ainda, não é? Às 20h?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – O dela é às 8h20.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO – Mas me pareceu que a D. Ana Célia simpatizou tanto com o senhor. Fique mais um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Eu pediria que V.Exa. assumisse, que eu estou precisando atender um chamado urgente.



O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO – Sofrendo muito pela sua falta, sua ausência relativa, mas mesmo assim eu vou assumir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Ana, a senhora é considerada pelas autoridades que lidam com esse aspecto da questão do carvão uma das maiores produtoras de carvão do Brasil. A senhora sabe disso?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Que eu sou a maior?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Uma das maiores produtoras de carvão do Brasil. A senhora sabe disso? Isso é uma coisa até... um elogio.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Mas é porque está... Eu não acho ruim que carvão é preto, não. O órgão está lá. É só dar uma busca, entendeu? Mas eu não sou a maior produtora. É porque está havendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem é a maior produtora de carvão no Brasil?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Espere aí. Está havendo uma interpretação, doutor, é o seguinte. Eu já disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não. Eu sei. Eu estava acompanhando. Me diz só assim: quem é o maior produtor de carvão no Brasil hoje?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E como é que a senhora sabe que não é a maior?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Ué, eu posso ser a maior, mas eu estou explicando para o senhor que o carvão que sobe... Estão lá as pastas



no IBAMA. Os senhores podem ir lá. Eu não sou a responsável pela produção desse carvão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sua região...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – O senhor tem uma autorização e o senhor vende o carvão, quem explora o carvão é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora só tem o forno, não é? Tem o forno e vende.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. Não é assim, não, doutor. A fazenda chama Jatobá, do Sr. Manoel Pereira da Silva. A autorização é sua. O senhor produz o seu carvão. Agora, é porque essa Metalsider, por exemplo, o que eu faço eu vendo para ela. E convido o senhor e tal, mando para ela. Mas quem produz o carvão do senhor é o senhor ou quem o senhor determinar. E as ATPF são entregues ao senhor. Quem tira não sou eu, não. São entregues ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora tem algum processo no IBAMA, D. Ana?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Se eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Em meu nome?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Eu não tenho fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Alguém está processando a senhora, D. Ana?



A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Me processando? Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O IBAMA multou a senhora alguma vez, sem ser essa do caminhão que estava lá, mas não estava lá?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não. Eu só sei desse aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora não tem mais nenhuma multa? Tem certeza?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está bom, D. Ana. Só um pouquinho. Por favor, D. Simone. A primeira pergunta é se a senhora sabe por que está aqui.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Na qualidade de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas por quê?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora não sabe por quê? A senhora tem algum processo? É a mesma pergunta que fiz à D. Ana Célia.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nenhum, nenhum, nenhum?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Simone, a senhora tem escritório de projetos florestais...

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na Bahia?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Minha empresa é registrada. Tem o corpo técnico, o engenheiro de obras.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas que projetos florestais são esses? Diz para a gente. Dá um exemplo.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Planos de manejo. Só que não sou eu quem vistoria. Tem um engenheiro que vistoria o plano de manejo e depois que passa por todos os setores competentes, que é vistoriado pelo corpo técnico do IBAMA, se não houver nenhuma pendência, é liberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. Então, a senhora é a dona do escritório.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É. Eu e meu esposo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas quem fala... A senhora vai ter que falar um pouco mais próximo do microfone.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Eu e meu esposo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esses maridos de vocês largam vocês e ficam lá. ..

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – (*Risos.*) Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É a segunda vez.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É porque ele não foi chamado. Se ele tivesse sido chamado, ele viria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas eu ia atrás da minha mulher. Eu não ia largar ela, não.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas a senhora ama ele, não é, de qualquer maneira?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Claro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A mulher não manda no homem. A senhora tem sócio? O seu marido, não é?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É. Celso Belmonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora se concentra só em Salvador, ou na Bahia inteira?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não, as empresas que eu represento, eu adquiero as ATPF em Salvador. Agora, eu tenho um cliente em Eunápolis, dois em Camamu, dois em Teixeira de Freitas, um em Itamaraju e uma empresa nova em Porto Seguro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esses clientes fazem plano de manejo? Eles estão com plano de manejo implementado?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Tem empresas que são registradas na categoria de comerciante de madeiras, que recebem madeiras do Pará. Eu apresento ao IBAMA, certo? E tem serrarias e uma siderúrgica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora faz intermediação?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, a senhora apresenta ao IBAMA como?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – As empresas que são registradas têm um engenheiro, certo, que faz esse trabalho na área. Aí, depois que o projeto é vistoriado, se não houver nenhuma pendência, é liberado. Então, a autorização é emitida e entra como crédito para a empresa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esses projetos, então, florestais que a senhora está tocando basicamente se prendem à área a ser liberada para produção de madeira? É isso?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não é de reflorestamento nem de manejo, não?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É a madeira possível. Bom, eu sou dono de um pedaço de terra, então eu contrato a senhora. Depois que eu terminar todo o trabalho de levantamento de saber quanto que eu tenho de madeira, eu contrato a senhora para fazer o quê?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – O engenheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O engenheiro da onde?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – O engenheiro que trabalha conosco. Agora, a minha parte entra no seguinte: depois que a autorização é liberada, depois que foi considerado tudo apto, a autorização é emitida, aí ele firma um contrato com a serraria, protocola essa DVPF no IBAMA. Aí o meu serviço é esse: receber as ATPFs, acompanhamento de saldo, emissão de relatórios mensais, ficha no (*ininteligível*). Se a empresa for autuada, tenho também o corpo jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim. A senhora intermedia toda essa ação até a retirada de toda a madeira daquela área?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até o término da ATPF?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até a madeira que estou falando é até a ATPF.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Isso. Isso. Acompanhamento de saldo. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Acompanhamento de saldo. É tipo uma conta corrente? A senhora acompanha...

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora acompanha a conta corrente.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Isso. Tem um crédito, e à medida que vai entrando o movimento vai diminuindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, a CPI fez alguns serviços de investigação em Eunápolis e em Teixeira de Freitas. Em Teixeira de Freitas pouca gente sabe, mas em Eunápolis nós fizemos lá, nós, e pessoas nos informaram seu nome como vendedora de ATPF.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Jamais. Nego terminantemente. Isso não existe. Nego terminantemente. Trabalho nesse ramo já há vinte anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse telefone 71+código de área+3814312 a senhora conhece?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É meu. É meu telefone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora... Numa ligação, uma pessoa ligou e a senhora respondeu: *“Por que você quer comprar aqui? Devia comprar aí onde você está.”* A senhora lembra disso?



A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não. Não me lembro, não. Comprar o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ATPF.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem fez essa ligação foi um funcionário do IBAMA, disfarçado — disfarçado, não, dizendo que queria comprar.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não. Eu me lembro de uma ligação que eu recebi e eu comentei até com meu esposo. Uma pessoa me ligou, num dia, pela manhã, me perguntando o que é que eu poderia fazer para ele transportar uma madeira. Eu procurei saber que espécie florestal, se a madeira era em toras ou serrada, ou se ele era registrado. Aí, ele: “*Não, não. Eu não sou registrado.*” Eu perguntei: “*Qual é o seu telefone?*” Ele não quis deixar o telefone. Disse que voltaria a ligar. Eu cheguei e falei para ele que ilegal eu não poderia adquirir ATPF e que ninguém dá jeitinho em ATPF. Eu nunca consegui ATPF e não iria conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A D. Gilda de Almeida Fortes, a senhora conhece?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Conheço todos os funcionários do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A D. Gilda trabalha em quê, lá no IBAMA?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Setor de Cadastros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Cadastros? Ela libera ATPF também?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não. Quem libera é a D. Marluce.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Dilermano, a senhora conhece?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dilermando?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ana Célia Coutinho?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – De lá do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que que a D. Ana Célia Coutinho faz?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Ela trabalha com carvão, né, pelo que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A D. Ana Célia está aqui do meu lado, desculpa.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dilermando a senhora não conhece?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora emite relatórios, não é?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Emite relatórios. A senhora tem as cópias desses relatórios todos dessas empresas?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Estão aí com a senhora?



A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Estão sim. Eu trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esses relatórios são referentes a que ano, que a senhora trouxe?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Aqui eu devo ter alguns de 2001, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora poderia deixar em poder da CPI?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Maravilha.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – E gostaria também, se possível — eu quero ajudar —, de expressar minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas deve.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Porque dentro do IBAMA a gente não tem essa liberdade, porque ninguém leva a sério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas aqui a senhora tem toda a liberdade e nós levamos a sério. Pode ficar tranqüila.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Eu me sinto até mais à vontade em falar na ausência da representante do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Marluce?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Porque nós temos muita dificuldade em ser atendidos pelo IBAMA. Eu represento uma siderúrgica lá em Sete Lagoas, certo. Solicitei a permanência dessa pasta dessa empresa em Salvador, até porque eu vivo disso, eu não tenho condições de me deslocar para Sete Lagoas, para Conquista, para Eunápolis. Não tenho porque os clientes não iriam aceitar que



eu aumentasse os custos, né, então eu solicitei a permanência da pasta. E estranhei, já que em Vitória da Conquista houve esse roubo, né, de mil e poucas ATPF. Como é que essa empresa que eu represento é transferida a ficha para lá e liberam a ATPF? Se não está liberando, não é para liberar para ninguém. Não é isso? Aí eu entrei com o ofício. Entrei com isso oficialmente, não me deram a resposta e transferiram a pasta da empresa que eu represento lá para Conquista. Não me deram nenhuma satisfação. Quando a liberação de ATPF está suspensa, não nos é informado em nenhum momento. Eu sempre procuro saber, né, para falar para os clientes, mas o que eu sei é através de jornal. Eu tenho todos os recortes aqui de jornal. O Renato Cunha, o Grupo Gambá está correndo atrás disso aí, denunciando, e eu sou favorável. Eu sou favorável a isso mesmo, porque não pode ficar assim, né?. Alguma coisa tem que ser feita, né? Essa questão que vocês falaram, a respeito de uma empresa, de um depósito que vocês foram ver que era fantasma... Eu tenho muito tempo que trabalho nessa área, tenho mais de vinte anos, então antigamente — na época não era nem IBAMA, era IBDF — eles cobravam uma taxa de vistoria, taxa de inspeção industrial. O que acontecia? Eles, quando pagavam a taxa de inspeção industrial, evitavam que empresas falsificassem documentos, né? Então você pagava essa taxa e a empresa só era liberada para operar após a vistoria, para constatar se realmente a empresa existia, está entendendo? Checar os dados da produção, categoria, tudo. Está certo? Emite o certificado e libera a ATPF. Hoje em dia, não. Aqui. Eu vou mostrar aqui para vocês. Olhem só um depósito que eu represento. Ela manda para mim essas ATPF do Pará. Estão aqui. Eu, por minha vez, faço meu relatório mensal e entrego essas ATPF ao IBAMA. Então, o que que acontece? Na realidade, eu já ouvi falar, também



por jornal, que tem empresas que falsificam, né, como vocês falaram. Então, que condições a gente vai ter se essas ATPF — até essas que eu tenho aqui, que vou deixar aqui com vocês — são falsificadas ou não? Eu não tenho condições. Então, alguma coisa tem de ser feita sobre esse assunto. Essa empresa aqui, olhem. Eu registrei recentemente essa empresa. Eu que registrei, e ela me apresentou umas ATPF aqui. Eu vou achar essas ATPF. Aqui. Essas ATPF. Aqui como é feito. Isso é uma ATPF de entrada de um depósito de material de construção. Então, isso vai dar direito para ela ter crédito para dar saída, está entendendo? Então, eu acho que alguma coisa tem que ser feita, não sei como, criar um sistema de gerenciamento, né, nacional, para o próprio funcionário ter mais...não sei...mais certeza, mais segurança, e liberar até as ATPFs, porque eu não sei, está entendendo, a condição dessa ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora aceita registrar empresas que tenham produtos da Mata Atlântica nas suas essências?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Não existe nenhuma legislação que impeça os registros delas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que impeça, sim. Mas é comum acontecer?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Como registro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Eu tenho a relação aqui das empresas, não é? Agora, não está liberando a ATPF, nem está liberando o plano manejo, não está liberando, não é? Está tudo suspenso. Eu também só soube que estava suspenso através de recortes de jornal.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De jornais, não é?

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É. Outra coisa: a autorização de SMAT tem um prazo de validade de um ano, não é? Eu sempre falei isso, mas não dão ouvido para a gente, não é? Tem muita gente que me antipatiza lá dentro, têm clientes também que não me acha simpática, me acha rígida demais. Já perdi muito cliente por causa disso, não me importa, está entendendo. Estou passando por muita dificuldade financeira por causa disso, mas para mim quantidade não importa. Eu quero é qualidade, não é? Então uma autorização de SMAT, eu acho demais um prazo de validade de um ano. Por que o prazo de validade um ano? Por que não pode botar, não é, autorização de SMAT um prazo de validade de quatro meses, de quatro em quatro meses ir renovando, não é? As ATPFs, a mesma coisa. Recebe a ATPF e dá um prazo de validade 90 dias. Se não utilizar nesses 90 dias, eles prorrogam por mais 90. Mas acontece o seguinte: se uma empresa for autuada, eles demoram passar esse auto de infração para o sistema, e a empresa pode pegar ATPF, está entendendo, porque eles demoraram lançar o auto de infração no sistema. Ao passo que se eles diminuíssem o prazo de validade da ATPF, diminuíssem o prazo de validade da autorização, eu acho que ajudaria. A legislação também punindo os infratores reincidentes, não é? Não sei como ficaria. Há empresas que a gente representa que é autuada duas, três vezes, entra com a defesa e pode adquirir ATPF. Eu tenho aqui todos os certificados de registro das empresas, todas as taxas pagas, relatórios mensais e também as ATPFs que eu recebo junto ao IBAMA. Eu encaminho isso oficialmente através de SEDEX. As ATPFs que não são utilizadas eu também protocolo oficialmente. As que não são utilizadas, que estão fora do prazo de uso, eu devolvo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ok. Eu só não sei se vai dar tempo, são 19 horas.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Vinte horas é o embarque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vinte horas é a hora do embarque. Será que dá tempo de tirarmos cópia dessa documentação e liberá-la? Difícil.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Posso deixar isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixa o que tem cópia e depois, por favor, nos mande o restante.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Eu tenho cópia dessas ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Desses relatórios seria interessante.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Eu posso passar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então tira cópia pelo menos desses que estão juntos com essas ATPFs e grampeia. As ATPFs relativas estão aí.

A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – Outra coisa que eu achei errada também é isso aqui. Antigamente era guia florestal, não é? Era liberada pelo IBAMA. Aí foi substituído pelo RET, não é? Então, o RET é uma coisa muito simples, não é, o carimbo, para colocar na nota fiscal. Então, a entrada e a saída de madeira em toras foram liberadas por muito tempo com o RET. Depois de 2001 foi instituída a ATPF, que substituiu o RET.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A emenda foi pior que os sonetos.



A SRA. SIMONE SOBRAL BELMONTE – É, a própria legislação é que facilita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É o que o Deputado Asdrubal vem lutando desde o início da CPI. Então, a senhora entre em contato para pegar as cópias e tudo o mais. D. Ana, estou com vontade de mandar a senhora à Polícia Federal prestar depoimento, sabe D. Ana? Na realidade, o seu depoimento não nos convenceu de que a senhora é absolutamente inocente sobre isso tudo que está acontecendo.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Eu não sou inocente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora não é inocente das acusações que lhe foram feitas. Toda denúncia que chega à CPI, nós procuramos investigar, como foi o caso do Prefeito, eu fiz as perguntas a ele. Se nos convenceu ou não é diferente. Eu vou lhe dizer quais são as denúncias. Denúncia que a senhora explora carvão de maneira irregular, tem contatos e facilita, para quem quiser vender carvão, as ATPFs. Ou seja, dá os nomes às pessoas que têm que ser procuradas para que saia de maneira rápida e que a senhora tem ligações. Eu só vou fazer uma pergunta para a senhora. Ribamar, como é o nome daquele do sul da Bahia, que tem uma madeireira no Rio? Como é mesmo o nome dele? Sr. Ney. A senhora conhece o Sr. Ney?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Ney?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ney.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já escutou falar nele?

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, D. Ana Célia...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Mas como é que eu vou mentir para o senhor, doutor. O senhor me pergunta se eu conheço Ney. Eu não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, a senhora não conhece. Estou acreditando. A senhora, com certeza, não conseguiu, em seu depoimento, convencer, pelo menos esta Presidência, que essas acusações são inverídicas. Como falo sempre, a nossa maior fronteira é lesada, hoje tem poucos recursos naturais. Vou sugerir ao Relator que encaminhe, no relatório, solicitação para que a Polícia Federal tome o seu depoimento e faça investigação mais acurada. Como o povo diz há muito tempo: quem não tem...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Não, eu não tenho medo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Tenho certeza de que a senhora vai entender...

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO - ... Agora, a maior produtora de carvão, eu estou explicando, eu sou considerada a maior, mas estou explicando ao senhor o tanto que eu produzo e o tanto que outros produtores produzem, porque lá a auditoria, nós estamos em janeiro, o ano passado foram milhões de auditorias aqui de Brasília, tudo anotado. Se o senhor for ao IBAMA aqui, o senhor vai ver um rapaz jovem, eu esqueci o nome dele, tem tudo. Ele foi às carvoarias, viu o que eu produzo e o que os produtores produzem, entendeu? Isso é que eu estou explicando. Lá eu sou considerada a maior. Agora eu estou explicando para o senhor o que é que eu produzo e o que é que os produtores produzem, não é? Quem toma conta das ATPFs deles, entendeu? E o que é que eu tomo conta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito bem, D. Ana. A senhora também está liberada, já sabendo que esta CPI tomará essa iniciativa. E como eu falei, o povo nunca mente, quando diz que quem não teme não precisa ter medo, não tem problema nenhum. Então, não é uma atitude drástica voltada contra a senhora, muito pelo contrário.

A SRA. ANA CÉLIA COUTINHO MACHADO – Mas o senhor acha que eu não respondi o que à altura, hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, a senhora não conseguiu convencer. É diferente. Existe convencimento, e a senhora não conseguiu dar suas respostas a esse convencimento, cruzando ou comparando o seu depoimento com as acusações encaminhadas a esta CPI. D. Ana, a senhora está liberada. D. Simone, nós vamos encaminhar ao Ministério Público também um pedido, no relatório, solicitando, já que nós não temos tempo, o balanço da sua empresa nos últimos três anos. Eu acho também que vai ser uma forma, quando a investigação, de passar um atestado de bons antecedentes para sua empresa. Tenho certeza disso. Eu já estou solicitando, Deputado Asdrubal Bentes, que conste que o Sr. Vítor Fasano, artista da Globo, foi denunciado várias vezes, ele têm dois criadouros, juntamente com o Sr. Carlos Keller, tiveram várias oportunidades de comparecer a esta CPI. Fizemos vários convites a eles. Entendemos todas as restrições: a primeira, porque estava viajando; a segunda, porque estava gravando; a outra, porque iria operar; a outra, porque operou. Entendemos todas elas. Esta Presidência está determinando constar no relatório denúncia específica, encaminhando ao Ministério Público tudo aquilo que foi deposto, ou que a CPI teve acesso, contra o Sr. Vítor Fasano, o Sr. Carlos Keller, a Sra. Deusari Santos Silva, a



Dra. Anaiva Oberst. Solicito também pedido de ação ao Ministério Público por ação de desobediência, prevista no Código Penal, de falso testemunho contra essas pessoas, assim contra o Sr. Dilermando Mendes, colocando especificamente o porquê de todas as denúncias. Que conste em ata que D. Deusari é a principal abastecedora do mercado de São Paulo de aves da Bahia, aves capturadas e negociadas na localidade de Cipó, no sul da Bahia; o Sr. Vítor Fasano, por tráfico de animais; o Sr. Carlos Keller, por tráfico de animais; o Sr. Dilermando Mendes, por tráfico de animais.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Estamos nos aproximando do final desta CPI. Eu queria saber qual o roteiro estabelecido. Tem de haver a leitura do relatório, a discussão e votação e a sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós o iniciaremos amanhã.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Até o dia 31?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Até o dia 31. Amanhã iniciaremos a leitura do sub-relatório de V.Exa., Deputado Asdrubal Bentes, e faremos acareação. A pauta da reunião de amanhã será: acareação entre os Srs. Maurício Guilherme Ferreira dos Santos e Maria Iolita Bampi, acareação provocada por investigação desta CPI. Não havia conhecimento das autoridades. Esta CPI é que descobriu tudo isso. E também do Sr. Nelson Simplício Figueiredo, que perdeu o ônibus. Segundo ele, não pôde vir porque perdeu o ônibus. E a leitura do primeiro sub-relatório, que chegou às nossas mãos, do Sr. Deputado Asdrubal Bentes, falando especificamente sobre legislação. Já para início de discussão, Deputado



Asdrubal Bentes, o sub-relatório de V.Exa. vai constar na íntegra ou vai haver alguma modificação?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu pedi à Secretaria que verificasse, porque neste documento está faltando uma folha da minha justificativa à PEC apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com certeza, a Secretaria da Comissão a localizará e fará acrescentar novas cópias à disposição dos Srs. Deputados. Solicito à Secretaria desta CPI que entre em contato com o Assessor Parlamentar do Banco Central do Brasil, pedindo explicações por que a quebra de sigilo bancário e fiscal votado pelo plenário desta Comissão contra o Sr. Roosmalen ainda não chegou. E houve tempo hábil para que isso acontecesse. Caso não haja nenhum tipo de resposta, a CPI se deslocará até o Banco Central para buscar, ao vivo e em cores, a quebra de sigilo bancário e fiscal do Sr. Roosmalen. Pessoa essa, Deputado, que, a cada momento, vem se complicando, pessoa essa que, a cada momento, vem sendo descoberta. E tenho certeza, também por conta da CPI, de que estão sendo descobertos basicamente quase todos os artigos do Código Penal, desde morte a assassinato. Mas bastantes artigos daquele grosso livro o Sr. Roosmalen vem infringindo. Já vem sendo demonstrada a infração desse apêndice legal. Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para a próxima terça-feira, no Plenário 7, às 14h30min. Está encerrada a reunião.